

Marcelo Victor Nery da Silva

SEGURANÇA E SOBERANIA NA AMAZÔNIA

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília – DF

2003

Marcelo Victor Nery da Silva

SEGURANÇA E SOBERANIA NA AMAZÔNIA

Banca Examinadora:

Prof. Cláudio Tadeu Cardoso
Fernandes
(Orientador)

Prof. Tarciso Dal Maso Jardim
(Membro)

Prof. Meireluce Fernandes da Silva
(Membro)

Brasília – DF

Novembro de 2003

“Nossa paz deve ser uma paz de vitoriosos, não de derrotados”

Ferdinand Foch.

Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus, que sempre cuidou de mim, esteve presente nos momentos mais difíceis de minha vida e sempre me apontou os melhores caminhos. Dedico tudo isso também aos meus pais super especiais, que sempre tiveram por mim o maior cuidado, atenção e carinho, e que em todos os momentos acreditaram no meu trabalho e esforço, por estarem presentes em todos os momentos e de me possibilitarem uma oportunidade os quais não puderam contar. Tudo que sou, tudo que possuo e acredito devo a estas pessoas os quais tanto amo.

Agradecimentos

Agradeço aos grandes amigos que fiz durante este período da faculdade. Amigos estes que estiveram presentes nos momentos de alegria e estendendo as mãos nos momentos em que mais precisei. Dentre estes, não poderia esquecer vários outros que se encontravam em minha cidade natal, mas que mesmo de longe sempre me deram as forças necessárias para que continuasse firme em meus estudos. Agradeço, também, aos meus tios Domingos Sávio de Souza Néri e Cláudia Néri por todo apoio e atenção dados nesses últimos quatro anos. Ao meu orientador, Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes, agradeço por toda ajuda, pela paciência e grande interesse pelo tema deste trabalho, fatores estes que serviam como incentivo e coragem para seguir em frente.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO/ABSTRACT..... | 01 |
| INTRODUÇÃO..... | 02 |
| 1. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 05 |
| 2. A NOVA ORDEM INTERNACIONAL E O VALOR ESTRATÉGICO DA AMAZÔNIA..... | 17 |
| 2.1 <u>A Questão Ambiental na Nova Ordem Mundial e as Ameaças à Soberania Brasileira sobre a Amazônia</u> | 17 |
| 2.2 <u>Importância Geopolítica da Região Amazônica</u> | 21 |
| 2.2.1 <u>A Geopolítica</u> | 21 |
| 2.2.2 <u>O Valor estratégico da Amazônia</u> | 24 |
| 2.2.2.1 <u>Extensão da Região</u> | 25 |
| 2.2.2.2 <u>Países que fazem fronteiras</u> | 26 |
| 2.2.2.3 <u>Principais recursos (minerais, energéticos, hídricos, biodiversidade, etc.)</u> | 27 |
| 2.2.2.4 <u>População</u> | 29 |
| 3. AS ESTRATÉGIAS PARA A SEGURANÇA E SOBERANIA NA AMAZÔNIA..... | 30 |
| 3.1 <u>Programa de Integração Nacional</u> | 30 |
| 3.1.1 <u>Principais problemas envolvendo o PIN</u> | 31 |
| 3.1.2 <u>Os impactos do Programa de Integração Nacional nos dias atuais</u> | 32 |
| 3.2 <u>Projeto Calha Norte</u> | 33 |
| 3.2.1 <u>Alcance do Projeto</u> | 34 |
| 3.2.2 <u>Questão das Fronteiras</u> | 34 |
| 3.2.3 <u>Calha Norte como Barreira à Guerrilha Colombiana</u> | 37 |
| 3.2.4 <u>O Calha Norte e as Atividades Ilícitas</u> | 39 |
| 3.2.5 <u>Estratégias para a Concretização dos Objetivos do PCN</u> | 41 |
| 3.3 <u>Projeto SIVAM/SIPAM</u> | 44 |
| 3.3.1 <u>O Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM</u> | 46 |

| | | |
|---------|---|----|
| 3.3.1.1 | <u>Principais problemas envolvendo o SIVAM</u> | 49 |
| 3.3.1.2 | <u>Situação Atual</u> | 49 |
| 3.3.1.3 | <u>O SIVAM e a Política Externa Brasileira</u> | 50 |
| 3.3.1.4 | <u>Objetivos finais do SIVAM</u> | 50 |
| 3.3.2 | <u>O Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM</u> | 50 |
| 3.3.2.1 | <u>Operacionalização do SIPAM</u> | 56 |
| 3.3.2.2 | <u>Objetivos Finais</u> | 57 |
| 3.3.2.3 | <u>Estágio Atual</u> | 57 |
| 4. | A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO ESTRATÉGIA PARA A SEGURANÇA E SOBERANIA NA AMAZÔNIA..... | 59 |
| 4.1 | <u>Tratado de Cooperação Amazônica</u> | 59 |
| 4.1.1 | <u>Histórico</u> | 59 |
| 4.1.2 | <u>Princípios Gerais do Tratado</u> | 59 |
| 4.1.3 | <u>Aspectos Formais do Pacto Amazônico</u> | 60 |
| 4.1.4 | <u>Principais Dificuldades</u> | 61 |
| 4.1.5 | <u>Fatos Recentes</u> | 61 |
| 4.1.6 | <u>O TCA e o Programa Calha Norte</u> | 63 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 65 |
| 6. | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 68 |
| 7. | ANEXOS..... | 74 |

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise de até que ponto as estratégias adotadas pelo Governo Federal têm garantido a segurança e soberania nacional sobre o território amazônico. A fim de alcançar tal meta, foram descritos os principais projetos governamentais implementados na região, o que pretendia atingir cada um deles, as suas principais realizações e estágios de funcionamento nos dias atuais. Posteriormente, foi apresentada a cooperação internacional, através da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), como a principal fonte de solução dos problemas existentes na região, mostrando a importância do efetivo funcionamento da mesma, juntamente com a necessidade de haver um maior vínculo e aplicação dos projetos brasileiros a este organismo.

ABSTRACT

This work has the purpose of making an analysis of how much the government's strategies have assured national security and sovereignty in the Amazonian territory. In order to reach that goal, it was described the main government's objectives implemented in that region, what each project intended, their main accomplishments and current stage of functioning. Afterwards, it was shown international cooperation, by the Organization of Amazonian Cooperation Treaty - OTCA, as the principal source of solution for the existing problems in the region, showing the importance of its effective functioning, combined with the necessity of a major entailment and application of the Brazilian projects to that organism.

INTRODUÇÃO

A floresta amazônica, que é a maior floresta tropical do mundo, ocupa a maior parte do território nacional, contém a maior biodiversidade do planeta, reúne por volta de 20% das espécies animais e vegetais do mundo, possui o primeiro lugar em biodiversidade vegetal e ocupa o segundo lugar entre as regiões com a maior cobertura florestal remanescente no mundo, ficando atrás apenas da Federação Russa.

Devido a estas suas características, esta região, “por sua extensão territorial e pelas riquezas que possui, é uma área permanentemente na mira dos grandes interesses internacionais. Se no período colonial Portugal conseguiu controlar a maior porção da Amazônia, após a independência o Império teve que ficar permanentemente em guarda, tanto para estabelecer os limites em relação aos países vizinhos, como, sobretudo, para evitar a sua conquista por grandes potências internacionais” (ANDRADE, 2001). Além disto, passamos a nos defrontar com outros problemas que vieram se agravando ao longo dos anos recentes.

“Cálculos do Inpe, baseados em levantamentos por satélite, indicam que a área devastada na Amazônia é de 587.700 quilômetros quadrados em 2000, ou seja, 13,9% da mata original, um território superior ao da França. Entre 2000 e 2001, estima-se que a Amazônia tenha perdido 15.787 quilômetros quadrados de mata” (Almanaque Abril, 2003). A redução do tamanho desta floresta implica, dentre outras conseqüências, a perda de biodiversidade e de diversas outras riquezas em potenciais que a floresta pode nos permitir.

Além disso, o tráfico de drogas tem se ampliado na região que, devido suas características, acabou se tornando uma rota de escoamento deste objeto ilícito para o mercado nacional e internacional.

A presença de guerrilheiros colombianos de esquerda, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, na região de fronteira Brasil-Colômbia, a dificuldade de atuação do Governo colombiano frente aos mesmos e o envolvimento destes com chefes do tráfico no Brasil, só vêm aumentando as preocupações das autoridades e da população.

A Biopirataria e o Tráfico de animais são outros fatores que merecem um importante destaque. De acordo com a Rede Nacional de Tráfico de Animais - RENCTAS, o tráfico de animais silvestres movimentou de U\$ 10 a 20 bilhões por ano no mundo e é a terceira maior atividade ilícita do planeta. No Brasil, representa algo em torno de U\$ 1 bilhão e 500

milhões, e calcula-se que anualmente são contrabandeados por nossas fronteiras cerca de 38 milhões de animais silvestres. Uma jararaca custa U\$ 1 mil; uma aranha-marrom, U\$ 800; sapos amazônicos, de U\$ 300 a U\$ 1.500; besouros, de U\$ 450 a 8 mil. Grande parte desse total é levado para fins de biopirataria. Na Amazônia, onde as instituições públicas ainda se encontram inadequadamente instrumentadas, tanto em matéria de estrutura-física, quanto de recursos humanos, a facilidade para adquirir estes animais, plantas, peixes e ervas, tornam ainda o fato mais preocupante.

Estes acontecimentos, junto com o apoio da mídia, passaram a ter um importante destaque no cenário nacional. Os problemas relacionados à Soberania brasileira na Amazônia passaram a fazer parte do interesse das autoridades e do cidadão comum e isto ajudou para o estabelecimento de Comissões no Senado Federal e na Câmara de Deputados que tratam especificamente de tais questões. A preocupação governamental em estabelecer políticas para a região ganharam tanta importância que “no dia 25 de julho de 2002 entrou em atividade, em Manaus, o primeiro Centro Regional de Vigilância do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), um investimento equivalente a 1,4 bilhão de dólares (ou mais de quatro bilhões de reais ao câmbio do referido dia)” (PINTO, 2002).

O estudo se faz necessário, então, para mostrar o impacto causado pelos diversos projetos e políticas adotadas como tentativa de minimizar os problemas acima descritos, verificar os resultados alcançados pelos mesmos, e investigar a forma em que estes contribuíram para a segurança e soberania da região.

Não poderemos cuidar da Amazônia e extrair os infindáveis benefícios que essa floresta pode nos oferecer, se não conhecermos mais sobre a mesma. Afinal de contas, como declarou o ex-Comandante do Exército, General Gleuber, ao jornal O Estado de São Paulo: “Que a Amazônia seja uma área cobiçada, não é de se estranhar. Mas ela só se constitui em problema se nós, brasileiros, não soubermos resolver os problemas relacionados a mesma.”

Os capítulos desta monografia estão organizados da seguinte forma: O primeiro capítulo pretende fornecer um embasamento teórico, de modo que garanta um melhor entendimento dos assuntos a serem abordados nos capítulos posteriores e, também, para exporem melhor os vários, e algumas vezes conflitantes, conceitos-chave que serão utilizados nesta obra.

O segundo capítulo é destinado a mostrar como determinadas características originadas por uma nova realidade internacional, conhecida como a Nova Ordem Mundial, se relacionam e representam para a Amazônia em termos de segurança e soberania. Em seguida, são apresentados os fatores geopolíticos que buscam justificar a relação anteriormente citada e explicar a importância da região amazônica perante o mundo.

O terceiro capítulo apresenta os principais projetos governamentais realizados na região, apontando para os objetivos gerais e mostrando como estes deveriam colaborar com a extensão do poder público federal àquela região, a fim de garantir um maior nível de proteção e soberania nacional naquela área.

O quarto capítulo tem a tarefa de descrever o Pacto Amazônico (atualmente conhecido como Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) e relacionar a importância deste com os demais projetos governamentais brasileiros na região, de modo a garantir a segurança e soberania através de um aumento das forças políticas e maior presença na região por parte dos países amazônicos.

A conclusão deste trabalho busca verificar a validade da hipótese (de que dada à complexidade regional, o alcance da efetiva segurança e soberania sobre a Amazônia depende de uma maior atenção do Governo Federal e dos Tratados de Cooperação Internacional) e averiguar até que ponto as estratégias adotadas pelo Governo Federal têm garantido a segurança e soberania nacional sobre o território amazônico.

1. Referencial Teórico

O Brasil, desde a sua descoberta, sempre despertou o interesse e cobiça dos países dominantes. Os primeiros viajantes perceberam rapidamente as grandes possibilidades de lucros que poderiam obter através do comércio de um produto existente em grande abundância e que possuía um grande valor para a época, o Pau-Brasil. Sob monopólio da Coroa Portuguesa, que arrendava áreas de exploração a comerciantes, o Reino Lusitano obtinha seus primeiros resultados positivos com os recursos naturais que estavam disponíveis naquele primeiro período.

Posteriormente, o clima e o solo do litoral nordestino possibilitaram o desenvolvimento de uma nova fase econômica com a introdução do plantio da Cana-de-Açúcar. Essa atividade garantia não apenas a subsistência de muitas famílias brasileiras, mas também foi responsável por um grande enriquecimento da grandiosa corte portuguesa, a qual detinha o monopólio comercial com esta colônia. Novamente, o Brasil era responsável pelo fornecimento de um produto com um grande valor no mercado europeu.

O período compreendido entre o final do século XVII e início do século XVIII, marcou a fase de maior exploração no local que hoje entendemos por ser nosso território nacional. O ciclo do ouro foi responsável por um enriquecimento absurdo da Coroa portuguesa (que conseqüentemente, por seu deficitário comércio com a Inglaterra¹, repassou posteriormente esses recursos ao segundo país). Novamente os recursos aqui encontrados eram “transferidos” e acabavam virando fonte de riqueza e poder para Portugal e, indiretamente, aos demais países dominantes da época².

¹ Segundo alguns autores o ouro brasileiro foi o grande financiador da Revolução Industrial Inglesa.

² A produção brasileira de ouro foi capaz de gerar, segundo o Barão von Eschwege, 130.000.000 de libras esterlinas, num total de 951.255t., entre 1600-1800; Pandiá Calógeras atingiu mais ou menos essa aproximação: 135.000.000 de libras esterlinas e 983 t., entre 1700-1801; já o Barão von Humboldt aumentou-o para 194.000.000 de libras esterlinas, cobrindo um período maior, de 1500 a 1803. Seja como for, para Roberto C. Simonsen, na História Econômica do Brasil, entre 1700-1770, a produção do ouro brasileiro alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo extraiu entre os séculos XVI e XVIII. Fonte: História por Voltaire Schilling. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/index.htm>>

Desde então, muitas mudanças ocorreram. O Brasil ficou independente, virou uma República Federativa detentora de uma sólida democracia e com um importante papel no plano internacional. Mudaram também as fontes de riquezas. O Pau-Brasil, ouro e Cana-de-Açúcar que eram grandes fontes de riquezas e se encontravam em bastante abundância no passado, hoje não se encontram em quantidades suficientes ou em valores elevados (no caso da Cana-de-Açúcar) de modo que gerem recursos suficientes para permitir uma melhoria no bem-estar da sociedade brasileira, afogada por mazelas sociais.

A grande exploração ou pilhagem, como alguns autores preferem, ocorridas em datas passadas não impediram nosso país de possuir, ainda assim, uma grande área capaz de gerar riquezas como as do passado e que, pela primeira vez na história, poderá ser utilizada estando sob a total administração e soberania do país.

Tudo isto é possível devido à grandiosa extensão do território brasileiro que corresponde a 8.514.205 km² e que lhe garante o título de quinto maior país do planeta, atrás apenas da Rússia, Estados Unidos, Canadá e China.

“Com todo esse tamanho – um país continente como muitos dizem – abriga quase todos os contrastes naturais que se possa imaginar. Temos calor e frio, chuvas e seca, florestas e campinas, rios imensos, uma enorme fachada oceânica, planícies intermináveis e planaltos ondulados de perder a vista. As riquezas que a natureza guarda – madeira, minérios, petróleo, quedas d’água, solos férteis – são proporcionais ao tamanho do país”
(MAGNOLI, 2000).

É dentro deste grandioso espaço que está localizada uma grande parcela da maior floresta equatorial úmida do mundo, capaz de gerar as novas riquezas, impulsionar o desenvolvimento e oferecer uma melhoria no nível de vida para a população brasileira, a Floresta Amazônica.

Este local, também chamado de Região Amazônica, apesar de compreender a quase que totalidade dos estados brasileiros situados na região norte e mais que a metade do território nacional, é detentor de características que fazem com que a mesma ainda seja uma fronteira de recursos, fronteira demográfica e fronteira geopolítica.

Para Pascal Boniface, em seu dicionário de relações internacionais,

“Uma fronteira é uma linha imaginária a separar dois Estados, delimitando dois campos distintos de soberania. Com a constituição dos Estados modernos, a partir do século XV, as fronteiras constituem em geral linhas de ruptura, podendo ser objeto de intensas disputas, mas oferecem também por vezes o aspecto de um traço de união. Tornam-se então particularmente propícias às trocas”.

Este mesmo termo, no contexto da Amazônia, não serve apenas para definir as demarcações que estabelecem os limites referentes às jurisdições territoriais dos Estados. Este passa, então, a ser entendido como

“espaço onde o processo de colonização está instituindo novas relações sociais ou redefinindo antigas; a noção de fronteira não pressupõe a inexistência de formas prévias de articulação desses espaços à sociedade, nem um processo de ocupação contínuo, em bloco, como sugerido pela expressão norte-americana ‘fronteira em movimento’. Pressupõe, essencialmente, uma estrutura social dinâmica e relativamente ‘em aberto’ associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras” (MUSUMECI, 1984).

Seguindo a linha de raciocínio de geógrafos como Friedrich Ratzel, as fronteiras de uma nação podem ser “vivas” ou “mortas”. São vivas, quando são militarizadas e tensas e mortas quando não são (mais) alvos de conflitos e disputas. Apesar de alguns geógrafos considerarem, nesse mesmo raciocínio, a Amazônia como sendo uma área de fronteira morta, “de 1980 para cá, o governo federal passou a considerar, fosse qual fosse o partido ou governante, que as fronteiras problemáticas, quentes, do Brasil eram as do norte, as da Amazônia”³.

As incursões dos grupos guerrilheiros colombianos da FARC-EP, as constantes invasões de nosso espaço aéreo por aeronaves ligadas ao tráfico de drogas, a ação ilegal de garimpeiros, invasão e extração ilegal de metais e pedras preciosas em terras indígenas, a emergência de governos populistas de tons esquerdistas na região das Guianas e Venezuela, o contrabando de mercadorias, a entrada ilegal de estrangeiros, tráfico de armamentos, biopirataria, e a desconfiança sobre uma possível intervenção militar norte-americana na Amazônia determinaram que a região passasse a ser considerada como uma fronteira “viva” e despertasse maiores atenções do Governo Federal em relação à defesa da região, como forma de manutenção da segurança e soberania.

Segurança é descrita no *The Penguin Dictionary of International Relations*, como

“A term which denotes the absence of threats to scarce values. In principle security can be absolute, that is to say freedom from all threat is the equivalent of complete security. Empirically security is a relative term and in international relations scholarship it has been established custom to analyse the concept in terms of more or less rather than all or none (Wolfers 1962, Baldwin 1997). Historically security has been seen as a core value and ultimate goal of state behaviour. This position was often latent and assumed rather than manifest and stated. Recently neorealism has raised the profile of

³ Marcos Faerman, Revista Problemas Brasileiros, Julho/Agosto 1998. Disponível em <http://sescsp.uol.com.br/sesc/frame_uol.asp?pag=revistas/pb/index.htm> Acesso em 12/09/2003.

the idea of security to that of a central – if contested – concept. Waltz states that, in anarchy security is the highest goal’.

O Dicionário *The Random House Webster’s Dictionary* define o conceito de segurança como “*resistance against attack*”. Por sua vez, o *American Heritage Dictionary* define este termo como “*safety*”.

O conceito de defesa, segundo o *The Penguin Dictionary of International Relations*, é

“A term which denotes the absence of threats to scarce values. Principle security can be absolute, that is to say freedom from all threat is the equivalent of complete security. (...) Empirically security is a relative term and in international relations scholarship it has been established custom to analyse the concept in terms of more or less rather than all or none (Wolfers 1962, Baldwin, 1997)”.

E se tratando de recursos escassos a Amazônia possui, conforme veremos nos capítulos seguintes, recursos hídricos, biológicos, energéticos e minerais. O conceito de defesa está historicamente ligado a idéia de proteção do território de um determinado país através de suas forças armadas. Apesar disso, esse conceito de defesa, baseado exclusivamente na idéia de conflito ou guerra convencional, não é suficiente para neutralizar as diversas ameaças da atualidade. De acordo com a Política de Defesa Nacional, a defesa de nosso território está em conformidade com a Constituição Federal e se fundamenta na “busca de solução pacífica de controvérsias e do fortalecimento da paz e da segurança internacional”. Essa política também visa à manutenção de uma defesa sustentável através de um modelo de desenvolvimento que favoreça a democracia, redução das desigualdades sociais, redução dos desequilíbrios regionais e que possibilite maior integração das ações

políticas, sociais, econômicas e militares com as necessidades de defesa e ação diplomática.

Segundo o *The Penguin Dictionary of International Relations*, o conceito de soberania é dado como

“Often regarded as the enabling concept of international relations whereby states assert not only ultimate authority within a distinct territorial entity but also assert membership of the the international community. The doctrine of sovereignty implies a double claim: autonomy in foreign policy and exclusive competence in internal affairs. Internal sovereignty thus refers to a supreme decision-making and enforcement authority with regard to a particular territory and population. External sovereignty on the other hand refers to its antithesis: the absence of a supreme international authority and hence the independence of sovereign states. Paradoxically, therefore, the doctrine of state sovereignty necessarily leads to the concept of international anarchy: the idea of a supreme authority within the state logically leads to a denial of the existence of a supra-sovereign above the state”.

Para Norberto Bobbio⁴,

“o conceito político-jurídico de soberania indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado”.

⁴ BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1999.

A noção de soberania para Pascal Boniface, em seu dicionário de relações internacionais,

“admite dois significados: é, ao mesmo tempo, o princípio fundador da sociedade política e o da independência estatal absoluta. Mas a relação entre estas duas realidades jurídicas, uma nacional e outra internacional, não é evidente. Com efeito, o reconhecimento pela comunidade internacional de um estatuto de Estado soberano garante a este último múltiplos direitos obrigando-o contudo, a submeter-se a certas exigências” (BONIFACE, 1997).

Para o mesmo autor, a soberania é a condição essencial da existência do Estado.

Este conceito não foi apenas trabalhado por autores recentes, conforme citado acima. Este termo apareceu no final do século XVI e muito trabalho sobre o tema foi produzido por autores clássicos. Para Jean Bodin, a essência da soberania estava no fato de poder fazer e anular as leis. Thomas Hobbes julgava que a soberania estava relacionada ao monopólio da força e da coerção física e este monopólio estava legalizado de acordo com o contrato social. Rousseau relaciona soberania com o conceito de vontade geral. Locke trabalhou com o termo a partir do momento em que este creditava o poder supremo da sociedade política ao legislativo e chamava, assim, o rei de soberano.

O termo soberania também é tratado na Constituição Brasileira de 1988, de acordo com o Título I, que trata “Dos Princípios Fundamentais”, em seu art. 1º, fazendo a seguinte referência: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em estado democrático de direito” e, desta forma, trata este conceito como fundamento número um. A constituição também menciona este termo no capítulo IV, art. 14, ao tratar de soberania popular como sendo fruto de exercício pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.

Outra referência pode ser encontrada no art. 5º, LXXI, da Constituição brasileira, onde se afirma que caberá mandado de injunção, quando faltar norma regulamentadora que diz respeito, entre outros casos, às prerrogativas inerentes à soberania.

Por fim, no art. 170, I, da constituição brasileira, a soberania é tratada como princípio de ordem econômica.

No plano internacional,

“a soberania torna-se então o critério constitutivo de um Estado reconhecido internacionalmente, como precisa o parágrafo 1º do artigo 2 da Carta das Nações Unidas: A Organização baseia-se no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros. O Estado vê assim reconhecidas pelo direito internacional certas prerrogativas de poder que nenhuma outra instituição pode lhe disputar”.

Ao tratarmos de Amazônia, devemos fazer referência aos conceitos de Amazônia (Amazônia brasileira), Amazônia Legal, Amazônia Internacional e Região Norte.

“A Amazônia compreende, além da Região Norte, o Estado de Mato Grosso e a parte ocidental do Estado do Maranhão. A Amazônia Internacional compreende não só a parte brasileira, mas também parcelas significativas dos territórios da Bolívia, do Peru, da Colômbia, do Equador, da Venezuela, das duas Guianas e do Suriname. Essa área corresponde a cerca de um terço de toda a superfície da América do Sul. Uma região natural pode servir como base para a definição de uma região de planejamento. Foi o que aconteceu com o Vale do Rio Tennessee: a bacia hidrográfica forneceu os contornos da área que receberia investimentos do

governo para a modernização econômica. No Brasil, esse modelo foi utilizado, em escala geográfica ampliada. Na década de 1960 foi criada a Amazônia Legal, área que deveria receber investimentos federais capazes de estimular o povoamento e a valorização produtiva dos seus recursos naturais. Definiu-se geograficamente a Amazônia Legal como toda a parte brasileira da região natural da Amazônia” (MAGNOLI, et alii, 2000).

A Região Norte é formada pelos Estados do Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas, Tocantins e Acre. Este espaço está localizado entre o maciço das Guianas, ao norte, o planalto Central ao sul, a cordilheira dos Andes, a oeste, e ao oceano Atlântico, a noroeste, e é banhada pelos grandes rios da bacia amazônica e do Tocantins. A maior parte da região Norte apresenta clima equatorial, com exceção o norte do Pará e em Rondônia onde o clima é tropical, e tem a floresta amazônica como vegetação predominante⁵.

O fim da Guerra Fria possibilitou o surgimento e inclusão na agenda de segurança, de novas idéias que não se aplicavam apenas ao campo estratégico-militar. Estas novas esferas de competência do Estado passaram a englobar temas como a segurança ambiental, segurança alimentar, segurança social, etc.

Cabe salientar que, a segurança do território amazônico sob jurisdição nacional e dos países fronteiriços, ainda que centrada no aspecto estratégico-militar, acaba por abranger estas outras esferas, uma vez que há necessidade de combater os atos ilícitos internacionais (como o tráfico de armas, drogas e contrabando), a devastação ambiental e a biopirataria, e garantir condições dignas de vida às populações locais, o que passa pela segurança alimentar, ambiental, social e desenvolvimento regional sustentável.

Ao tratarmos das populações locais, devemos lembrar que o termo população, de acordo com o *The Penguin Dictionary of International Relations*,

⁵Fonte: Almanaque Abril 2003. CD-ROM.

“has always been recognized as an important capability of actors in systems of macropolitics. With the development of the state as the dominant actor, population became part of the resource base of states. Analysts influenced in particular by geopolitics have tended to see a large population (large at least in relation to putative adversaries) as an important facet of national power profiles”.

Como podemos verificar, o conceito de população é um elemento ligado a outros como poder e geopolítica. Para Boniface: *“O poder está no centro das reflexões sobre as relações internacionais. Com efeito, as relações entre os Estados repousam em grande parte no poder, isto é, na capacidade de cada Estado de influenciar os outros Estados na sua política, ou até mesmo de lhes impor a sua vontade. O termo <<poder>> (potência) serve também para designar os Estados que exercem um papel preponderante no cenário internacional”.* O mesmo autor também define geopolítica como: *“uma combinação da ciência política e da geografia, que estuda as relações que existem entre a condução da política exterior de um país e o quadro geográfico no qual ela se exerce”.* Evans define geopolítica como:

“A method of foreign policy analysis which seeks to understand, explain and predict international political behaviour primarily in terms of geographical variables, such as location, size, climate, topography, demography, natural resources and technological development and potential”.

Segundo o *Dictionnaire Universel Francophone Hachette*, geopolítica significa: *“Étude de l'influence des facteurs géographiques sur la politique internationale”.*

O estudo da geopolítica da Região Amazônica não pode deixar de incluir a questão da guerrilha colombiana de esquerda, liderada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Norberto Bobbio entende que

“a guerrilha é um tipo de combate caracterizado pelo choque entre formações irregulares de combatentes e um exército regular. Os objetivos por ela perseguidos são mais políticos do que militares. A destruição das instituições existentes e a emancipação social e política das populações são, de fato, os objetivos precípuos dos grupos que recorrem a este tipo de luta armada”.

Este autor continua tratando do tema ao trazer à tona os seguintes aspectos da guerrilha: *“A guerrilha é típica dos Estados nos quais existem profundas injustiças sociais e onde a população está disposta a lutar por uma mudança”.* Além disso, o mesmo continua afirmando que:

“Entre as várias atividades dos guerrilheiros, figura também o terrorismo, que se desenvolve contra pessoas ou grupos diretamente ligados à classe que mantém o poder. O terrorismo pode também ser dirigido com fins punitivos contra a população de alguma zona ou vila que não queira colaborar com a guerrilha. Sendo, porém, um índice de fraqueza, as forças guerrilheiras procuram fazer uso desta técnica o menos possível, porque ela pode, de fato, provocar reações contrárias na população”.

A água também é um outro importante fator merecedor de atenções e de estudos geopolíticos na região. Para tratarmos sobre este tema sob o ponto de vista geopolítico, nada melhor do que citar a visão de profissionais de relações

internacionais pertencentes a outras nacionalidades, como o professor Britânico Evans, o qual afirma que

“Possession of or Access to water has always been a major feature of international relations. (...) However, agreement over freshwater resources is in its infancy, and competition over this life-giving and life sustaining element is an increasingly important aspect of contemporary world politics. (...) Since water-rich states have a different perception of the urgency of the crisis than that held by water-poor states, the absence of a comprehensive, regionally based freshwater regime will inevitably increase the intensity of the conflict and the consequent likelihood of resource wars” (EVANS, 1998).

O mesmo autor prossegue com seu raciocínio tratando sobre a guerra de recursos. Para ele, este conceito ganhou maior visibilidade após o período da Guerra Fria e passou a ser tratado como um tema de segurança nacional, devido aos crescentes problemas ambientais ocorridos no mundo. Além disso, a distribuição desigual de recursos naturais, juntamente com os problemas de poluição e degradação ambiental, poderão gerar rivalidades pela distribuição destes bens escassos.

O contexto internacional atual, é evidente, indica que essa possibilidade não ocorrerá, pelo menos, enquanto ainda durarem os estoques de recursos naturais em outros cantos do planeta, porém, ao tratarem de segurança, os projetos governamentais atualmente desenvolvidos ganham uma grande importância para a manutenção destes no total controle do Governo brasileiro. E o controle dos referidos recursos por parte do governo brasileiro tem também o grande valor simbólico de mostrar para nós mesmos que o enriquecimento alheio às custas de nosso patrimônio está meramente reservada as páginas dos livros de história.

2. A Nova Ordem Mundial e o Valor Estratégico da Amazônia

2.1 A Questão Ambiental na Nova Ordem Mundial e as Ameaças à Soberania Brasileira sobre a Amazônia.

A queda do muro de Berlim, a reunificação das Alemanhas Ocidental e Oriental, juntamente com o desmembramento da União Soviética e surgimento da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), representaram o fim da bipolaridade, que era marcada pela oposição de forças entre as duas superpotências mundiais: EUA e URSS, que havia durado cerca de 45 anos, e o fim da oposição capitalismo-comunismo.

Esta nova realidade acarretou em uma mudança no mapa-múndi político. A União Soviética dividiu-se em 15 nações independentes, as quais formaram a CEI; a Alemanha voltou a ser um único país, a Tchecoslováquia desmembrou-se em República Tcheca e Eslováquia, a Iugoslávia dividiu-se em cinco novos países.

Surgiu, assim, uma Nova Ordem Mundial. Uma ordem multipolar, com a existência de vários centros de poder no plano mundial, representados por três grandes potências mundiais de poderio econômico, tecnológico e político-diplomático: EUA, Japão e a União Européia.

O desaparecimento da bipolaridade e, conseqüentemente, da oposição Leste/Oeste do contexto internacional, acarretou, entretanto, no aparecimento de novos eixos de conflitos. Houve o ressurgimento dos extremismos nacionalistas, religiosos e étnicos, bem como a fragmentação de diversos países, fatores estes que continuam a dar relevância aos conceitos de soberania, autodeterminação e identidade nacional.

Surge então a oposição entre o Norte rico e o Sul pobre, que antes sempre estivera sujeita a um segundo plano, devido ao conflito entre o Ocidente capitalista e o Leste socialista.

E a partir desta nova realidade é que podemos perceber o aumento do relacionamento e, conseqüentemente, de discussões entre estas duas regiões do globo. A oposição Norte/Sul não se baseia apenas nos embates de cunho econômico como os relacionados às dívidas externas, formação de novos blocos econômicos, disputas e pendências na Organização Mundial de Comércio (OMC), mas também se fundamenta em discussões políticas, como as ocasionadas pelas instruções de ajustes estruturais que são impostas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que condiciona seu empréstimo aos governos que se comprometem a implantar as medidas políticas de ajuste. Vale ser lembrada a disparidade tecnológica entre estas duas regiões. Quanto maior se torna o abismo tecnológico entre essas duas áreas, mais desigual se torna o relacionamento entre as mesmas.

É neste cenário conturbado e de grandes contradições que surgem as preocupações e, conseqüentes, discussões de caráter ambiental. A proteção ao meio ambiente e a biodiversidade⁶ passam então a figurar como importantes elementos da agenda global. Em reforço a essa idéia, Evans afirma que:

“There is now, however, a growing body of concern about the impact of such issues as the disposal of chemical and nuclear toxic waste, deforestation, acid rain, soil erosion and pollution which has slowly but perceptibly raised the ecological perspective to a higher level on the agenda of contemporary world politics”.

Tanto o meio ambiente quanto a diversidade biológica ganham uma grande importância na atualidade, devido a intensificação de desastres ecológicos ocorridos em todos os cantos do planeta e que estão diretamente relacionados a áreas

⁶ Biodiversidade é um conceito recentemente introduzido dentro da ecologia, com a crescente preocupação ambiental atingida nos últimos anos. Significa diversidade, ou seja, o número de espécies diferentes sejam elas animais, plantas e/ou microorganismos que compõe um determinado ecossistema ou mesmo o próprio planeta. Desta forma, toda a variedade de vida que compõe um determinado local, ou mesmo o próprio planeta pode ser chamada de biodiversidade. Programa Educ@r. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/ciencias/ecologia/ecologia.html>> Acesso em 31/10/2003.

anteriormente citadas por Evans. Estes problemas podem ser exemplificados pela extinção, que vem ocorrendo, de várias espécies de animais e plantas; pelo processo de desertificação que algumas áreas do planeta têm sofrido; pelo aumento de fatores como poluição e contaminação das águas dos rios, lagos e lençóis freáticos; efeito estufa; chuvas ácidas; buracos na camada de ozônio; intensificação das queimadas; etc.

O ecossistema⁷ amazônico insere-se então nesse contexto pelo fato deste integrar um terço das reservas florestais do mundo, por conter “mais espécies de plantas superiores em um hectare da Floresta Amazônica do que em todo o continente norte-americano”⁸, pela observação de que nas florestas temperadas da França são observadas 50 espécies de árvores, enquanto que na Amazônia são verificadas mais de 2.500 espécies⁹, por haver neste uma infinidade de animais e vegetais ainda não catalogados e também por estar aí inserida a maior bacia hidrográfica do mundo, a Bacia Amazônica¹⁰.

Diante da relação entre o agravamento dos problemas ecológicos mundiais e da grande extensão de áreas preservadas e intocadas da floresta amazônica, fica muito evidente que a sociedade civil internacional, organizações internacionais¹¹ e organizações não-governamentais¹² (ONGs), iriam ficar mais preocupados com esta área do globo terrestre.

A preocupação destes mostra-se mais evidente com a formulação de uma infinidade de críticas, referentes à atuação do governo brasileiro sobre esta floresta,

⁷ Ecossistema é um conjunto de comunidades interagindo entre si e agindo sobre e/ou sofrendo a ação dos fatores abióticos. (idem)

⁸ PEIXOTO, Rosenely Diegues, *A Convenção sobre Diversidade Biológica e o seu impacto no Brasil através do Fundo para o Meio Ambiente* (Fumam). 2000, p.77. 152 f. Dissertação (Mestrado em relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

⁹ MARQUES, José Roque Nunes, *Direito Ambiental: Análise da exploração madeireira na Amazônia*, São Paulo, LTr, 1999, p.22-23.

¹⁰ De acordo com dados recolhidos no endereço eletrônico da Agência Nacional de Águas (ANA) <<http://www.ana.gov.br/hibam>> Acesso em 31/10/2003.

¹¹ De acordo com Boniface, *Dicionário de Rel. Internacionais* p. 247, organização internacional é uma associação de Estados Soberanos, criada na base de um tratado multilateral chamado “carta”, “estatuto” ou “acto constitutivo”, e dotada de órgãos permanentes encarregados da realização dos objectivos da referida organização.

¹² As ONGs são, segundo o Banco Mundial, *private organizations that pursue activities to relieve suffering, promote interests of the poor, protect the environment, provide basic social services, or undertake community development. (Operational Directive 14.70, “involving Nongovernmental Organizations in Bank-supported Activities”, Washington: World Bank, 1989.*

e com “teorias mal formuladas¹³” que causaram alardes na opinião pública mundial. Sendo assim, o Brasil vem recebendo críticas por sua ineficiência em proteger os recursos ecológicos da Amazônia, pois a cada ano é desmatado no país uma área de 23.090 Km quadrados¹⁴, caracterizando nosso país como o líder mundial em desmatamento. Estas críticas têm sido feitas tanto por ONGs (como o *greenpeace*), quanto por meios de comunicação internacionais e representantes de governos (políticos, militares, representantes diplomáticos, etc.) dos mais variados países. Estas pressões podem surgir em forma de declarações como a de uma tenente da marinha norte-americana e que também é porta voz do Comando do Sul dos EUA, a qual afirma que seu país já possuiria uma força de elite denominada Grupo Verde com a função de “guardar a floresta amazônica”, notícia esta publicada na revista Isto é de 11 de junho de 1997.

Várias outras declarações de personagens mais conhecidos internacionalmente já foram feitas e tinham o objetivo comum de criticar não apenas a política ambiental do governo brasileiro, mas também de questionar a soberania de nosso país naquela área. O Senador da República Luiz Otávio (PMDB-PA), em entrevista cedida ao Jornal “O Liberal”¹⁵ de Belém do Pará, fez referências a citações como as do ex-secretário de Estado norte-americano Warren Christopher, o qual afirmou em discurso na ONU, que em matéria de direitos humanos violados e ecologia degradada não haveria soberania absoluta. O mesmo também continua sua argumentação usando como referência o livro “O Curso da História”, também de Warren Christopher, editado em 1998 pela Universidade de Stanford, onde este se graduou, o qual alega, ao tratar de direitos humanos e ecologia como objetos de política externa americana, que “Para levar a cabo a política externa americana e assuntos ecológicos que ameaçam a nossa saúde e o nosso futuro (dos EUA), usaremos, sem dúvida, a nossa diplomacia apoiada por fortes forças militares”. O senador brasileiro alegou que apesar de Christopher não ter continuado como Secretário de Estado no segundo governo do Presidente Clinton, isso não impediria de que fosse esta a representação do pensamento do presidente norte-americano.

¹³ Ver anexo.

¹⁴ Exame – Almanaque Abril. Mundo em Dados 2003. São Paulo: Editora Abril, 2003.

¹⁵ Jornal O Liberal na edição de 15 de outubro de 2000.

Além das citações do senador paraense, pode-se perceber as seguintes frases, que foram reunidas por Gélío Fregapani¹⁶, como as declarações de Al Gore feitas no tempo em que este era senador dos Estados Unidos, em 1989: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos”. Outra que foi manifestada por François Mitterrand, em 1989: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. E, por fim, depoimento da delegação da China, durante o III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, em 1996: “Vocês precisam saber que, dos países que têm poder de veto, só a China aceita que o Brasil conserve a Amazônia; os outros querem é para eles mesmos”.

A grande ironia de tudo isso, conforme os comentários de Oliveira, reside no fato de que os países desenvolvidos, que foram os primeiros a levantarem a bandeira contra a soberania dos países pobres em relação a sua biodiversidade, raramente cedem seu poder soberano. Para provar essa idéia podemos citar uma contenda ocorrida quando, em 1895, o México reclamou sobre a captação de água do Rio Grande por parte dos EUA, o qual traria vários prejuízos econômicos e ambientais para o país latino-americano, e o governo norte-americano não aceitou as queixas por entender que seu país tinha soberania absoluta sobre seu território.

2.2 Importância Geopolítica da Região Amazônica.

2.2.1 A Geopolítica.

A geopolítica se ocupa com as relações de poder entre Estado e território, população e recursos (naturais ou produzidos), e

¹⁶ No seu livro *Amazônia: a grande cobiça internacional*, Brasília, Thesaurus, 2000, p. 94-95.

*“teve sua origem ligada ao esforço de reunião e sistematização de conhecimentos físico-ambientais e humanos que caracterizavam os territórios no final do século XIX. Essas transformações eram necessárias para que os nascentes Estados-nações, ou os já consolidados, pudessem avaliar suas potencialidades visando a prática de poder”.*¹⁷

Os impérios, no período de 1875 a 1914, competiam para dominar os ambientes físicos mais duros e inóspitos, buscando estender suas possessões territoriais e zonas de influência a um alcance global¹⁸. Esta competição representou um grande contraste com o período da antiguidade, onde o poder estava atribuído àqueles que possuíssem o domínio das regiões mais férteis. Esta mudança ocorreu na medida em que os avanços tecnológicos permitiam a chegada e estabelecimento do homem nas regiões mais remotas do globo.

O geógrafo alemão Friedrich Ratzel, o qual são atribuídos os créditos da iniciação ao estudo da geopolítica,

*“Enfatizava a importância dos fatores ‘espaço’ e ‘posição’, vinculando indissoluvelmente o homem à terra. Nesse sentido pensava que assim como os tipos mais simples de sociedade, como a família ou a tribo, os tipos mais simples de Estado seriam impensáveis sem um solo ou território que lhes pertencessem. O homem seria a vontade viva, o agente de criação e de transformação, e o espaço físico seria fonte de matérias-primas. A associação de ambos produziria a mecânica do progresso”*¹⁹.

¹⁷ FERNANDES, Cláudio. *Algumas Perspectivas para a Inserção Geopolítica do Brasil no Mundo neste Começo de Milênio*. In Revista “UNIVERSITAS / Relações Internacionais” n. 01, Ano 2002, págs. 58 e 59.

¹⁸ Eric J. Hobsbawn, em seu livro “A Era dos Impérios”, de 2002.

¹⁹ FERNANDES, Op. Cit. págs. 58 e 59.

As idéias da relação de poder entre Estado e território ganharam ainda mais força com os trabalhos do cientista político Rudolf Kjéllen, da Universidade da Suécia, o qual argumentava que, quanto maiores em tamanho os Estados fossem, mais poder estes teriam, abrindo assim, justificando assim a necessidade dos países mais fortes de ampliar seus territórios.

Em seguida, houve o surgimento de trabalhos como o do general alemão Karl Haushofer, que no ano de 1921 acabou tornando-se professor de geografia na Universidade de Munique e que defendia que a geopolítica se constituía em um modo de educar as massas no conceito de espaço e que a geopolítica alemã deveria se basear no princípio de que “espaço é poder”²⁰.

Fica evidente, então, que a geopolítica

“teve como objeto de estudo as relações de poder dos Estados sobre os territórios. Aos territórios estavam inerentes suas populações e seus recursos (naturais ou produzidos). Essas relações quase sempre relacionavam-se a estratégias de poder, que, postas em prática materializavam os projetos geopolíticos. O estudo das relações e estratégias de poder sempre estiveram ligadas a organismos militares e alguns poucos meios acadêmicos, visto que os geógrafos apresentaram um relativo afastamento e desconfiança para com a geopolítica, talvez dado o grau de deturpações e deformações que muitos destes estudos produziram desde os grandes conflitos mundiais.

Não obstante, as novas transformações mundiais vêm colocando como imperativo a retomada destes estudos principalmente nos meios acadêmicos. Atualmente a geopolítica tem como preocupação fundamental a questão da correlação de forças, antes vistas como militares, mas hoje também como econômico-

²⁰ Revista “UNIVERSITAS / Relações Internacionais” n. 01, Ano 2002, p. 60.

produtivas, tecnológicas, culturais e sociais, no âmbito territorial, em estreita ligação com o espaço mundial.

Assim, a geopolítica atual não omite a questão da guerra militar, mas enfatiza também os conflitos econômicos, sociais e culturais²¹.

Dada a importância da relação espaço-população para a geopolítica, fica mais uma vez evidente o valor que a Amazônia representa para o Brasil e a atenção que a mesma deve ter por parte dos dirigentes nacionais, tanto por seu grandioso espaço, que corresponde a quase 60% do território nacional, quanto por sua baixa densidade populacional e com capacidade de se tornar uma nova fronteira de recursos naturais e de recursos produzidos.

2.2.2 O Valor estratégico da Amazônia

Muitos autores da atualidade, ao tratarem sobre o tema “Amazônia”, sempre enaltecem sua importância para o Brasil e para o mundo. Estes estudos sempre fazem referência ao valor estratégico que esta região tem, sem, porém, indicar quais valores são estes e por que os mesmos são tão importantes para nosso país.

De acordo com a autora Clara Pandolfo, em seu livro “Amazônia Brasileira”, as mudanças que vêm ocorrendo em decorrência do progresso da ciência e da tecnologia, estão agregando um valor ainda maior aos vários recursos disponíveis nesta região.

Grandes avanços estão sendo feitos nas áreas da micro-eletrônica, da química fina, da biotecnologia, da engenharia genética, da conquista espacial, com

²¹ Idem, p. 62.

invenções que apontam novos horizontes para o futuro. A combinação destas inovações está permitindo a sociedade entrar em um novo estágio.

Cada uma destas áreas está comprometida com grandes projetos e permitem constantes inovações. A área da Biogenética, porém, como Pandolfo define,

“fica restrita à manipulação e à recombinação dos genes disponíveis na natureza, pois, pelo menos até agora, não foi possível criá-los. Aí reside o valor estratégico da Amazônia, considerada a maior expressão de vida no planeta: sua extraordinária biodiversidade, manifestada através de inúmeras formas, vegetais e animais, constitui matéria-prima valiosa para o prosseguimento dessas pesquisas que estão na base do novo paradigma científico-tecnológico dos dias atuais”.

2.2.2.1 Extensão da Região

A Amazônia é uma região que ocupa quase totalidade da parte setentrional da América do Sul, abrangendo, além do norte brasileiro, norte do estado de Mato Grosso e porção ocidental do estado do Maranhão, as três Guianas (Guiana, Suriname e Guiana Francesa), o leste e o sul da Venezuela, o sudeste e sul da Colômbia, o leste do Equador e do Peru, bem como o norte da Bolívia.

Para fins de planejamento, criou o governo brasileiro, através da lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, a denominada Amazônia Legal. Esta corresponde a uma área de 5.033.072 km², ou 59,1% do território brasileiro. O Brasil pôde conservar, ao decorrer da história, a posse deste território de acordo com o princípio do *uti possidetis*.

Este princípio surgiu como resposta às pendências fronteiriças entre Portugal e Espanha na América do Sul, período em que os portugueses estavam

determinados a manter o território conquistado, que ia além da linha definida pelo Tratado de Tordesilhas, e os espanhóis desejavam um recuo dos portugueses para seus limites anteriormente estabelecidos pelo Tratado.

“Alexandre de Gusmão, diplomata português nascido no Brasil, levantou então o princípio do Uti Possidetis, argumentando que o direito ao território deveria caber ao povo que o povoara, que o conquistara aos primitivos habitantes. A consagração desse princípio beneficiava os lusitanos na América do Sul, onde os paulistas haviam provocado o recuo do meridiano”, mas beneficiava os espanhóis na Ásia, onde eles haviam ocupado as Filipinas” (ANDRADE, 2001).

2.2.2.2 Países que fazem fronteiras

A “terra mais nova do mundo”, que era a forma como Euclides da Cunha chamava a Amazônia, possui 10.948 quilômetros, de um total de 15.719 km que corresponde a extensão total das fronteiras terrestres brasileiras.

Neste imenso trecho, há fronteiras com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e com o departamento ultramarino francês da Guiana Francesa.

Apesar da baixa densidade populacional na região e nas áreas as quais a Amazônia brasileira possui limites, as fronteiras desta área são do tipo em que Ratzel classificou de “fronteiras vivas”²².

²² Ao tratar de nosso território, anteriormente eram apenas as fronteiras do sul que eram consideradas como “fronteiras vivas” pelo fato daquelas terem sido alvo de muitas disputas com vizinhos. Atualmente, autores como Bertha K. Becker classificam a região amazônica como uma “fronteira viva” devido as instabilidades nos países vizinhos, ao narcotráfico, etc.

2.2.2.3 Principais recursos (minerais, energéticos, hídricos, biodiversidade, etc.)

A região possui uma grande quantidade de recursos minerais como ouro, ferro, prata, bauxita, cobre, cromo, tungstênio, zinco, níquel, cassiterita, manganês; minerais não-metálicos como argilas refratárias, bauxita refratária, calcário, caulim, cianita, dolomita, fluorita, gipsita, granito, mica, potássio, leucita, nefsiénito e quartzito industrial; um potencial de 20% das reservas mundiais de água doce; potencial hidrelétrico de cem milhões de Kilowatts; bens minerais estratégicos e pertencentes ao novo paradigma tecnológico como o nióbio, titânio, zircônio, volfrâmio, que por suas propriedades e elevadas temperaturas de fusão, são usados nas estruturas dos equipamentos aeroespaciais e, também, o urânio, combustível da fissão nuclear que ultrapassa as possibilidades do petróleo e de outros materiais fósseis e que é usado para a geração de energia; existência de uma fauna numerosa e variada, com várias espécies ainda não-catalogadas; um terço dos recursos mundiais de madeiras tropicais; vasto potencial turístico e privilegiada posição geográfica em relação aos mercados da Europa e Estados Unidos da América.

Podemos perceber que a Amazônia possui, em abundância, recursos que são considerados críticos no resto do mundo: alimentos, energia e produtos florestais.

Os produtos florestais não são importantes apenas como fonte de madeira para abastecer os escassos mercados da Europa, Ásia e Estados Unidos. Em se tratando de recursos florestais, devemos incluir também as plantas com princípios medicinais e todas as outras, que concentram 30% do estoque mundial de informações genéticas.

Apesar de 75% dos solos da região possuírem características ácidas e de pouca fertilidade, existe um percentual de 7,92% de área de várzeas (em trechos próximos às margens) que sofrem um processo natural de adubação pelos sedimentos trazidos pelo rio Amazonas da região dos Andes e faz com que estes locais sejam bastante férteis. Essa área, que corresponde a mais de 30 milhões de hectares é um local em potencial para ser cultivado.

Contrariando a tendência mundial de escassez de energia, a Amazônia, devido as suas características naturais, fornece ao Brasil a possibilidade de um gigantesco aumento de hidrelétricas para o fornecimento de energia. Isso é possível pela existência da Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, que é a maior do mundo, com 7.050.000 quilômetros quadrados, dos quais 3.836.528,7 estão em terras brasileiras. Seu rio principal nasce no Peru, com o nome de Vilcanota, e recebe depois as denominações de Ucaiali, Urubamba e Marañón. Quando entra no Brasil, passa a se chamar Solimões, até o encontro com o rio Negro, próximo de Manaus. Desse ponto até a foz recebe o nome de Amazonas. Atravessando os vales andinos e a floresta Amazônica, até desembocar no oceano Atlântico, percorre 6,4 mil quilômetros, sendo o segundo maior do planeta em extensão, perde apenas para o rio Nilo, é o maior em vazão de água. Sua largura média é de 5 quilômetros. Conta com grande número de cursos de água menores e canais fluviais criados pelos processos de cheia e vazante. Localizada em uma região de planície, a bacia Amazônica tem cerca de 23 mil quilômetros de rios navegáveis, que possibilitam o desenvolvimento do transporte hidroviário. A navegação é importante nos grandes afluentes do Amazonas, como o Madeira, o Xingu, o Tapajós, o Negro, o Trombetas e o Jari, entre outros. Em 1997, foi inaugurada a hidrovia do rio Madeira, que opera de Porto Velho a Itaquatiara. Em maio de 2001, foi criado o primeiro corredor ecológico binacional, na fronteira do Brasil com a Bolívia, com uma área de 23 milhões de hectares, quase equivalente ao território do estado de São Paulo. O corredor vai proteger as bacias hidrográficas do Guaporé-Madeira, no lado brasileiro, e Iténez, no boliviano, numa região que reúne a maior diversidade de peixes do mundo.²³

Além disso,

“O hidrogênio é considerado o combustível ecológico por excelência. Obtido por eletrólise da água, tem a característica de ser um energético de ciclo fechado, isto é, que começa e acaba na água, sem produzir poluição. Tendo atualmente uso restrito como combustível para foguetes, seu emprego em grande escala,

²³ Dados obtidos no Almanaque Abril 2003.

na produção de calor industrial e de energia elétrica, resolveria definitivamente a questão da poluição atmosférica. Todavia, essa tecnologia ainda não é dominada e só se mostra potencialmente viável nos países que disponham de grande potencial hidrelétrico para permitir o acoplamento, às usinas, de eletrolisadores de grande potência” (PANDOLFO, 1994).

2.2.2.4 População

Para expressar dados populacionais da região compreendida pela Amazônia Legal, serão utilizados como base os dados estatísticos disponibilizados pelo Sistema de Proteção de Amazônia (SIPAM). Sendo assim, o referido local é composto por uma população de aproximadamente 16,5 milhões de habitantes que vivem em uma área de 5,2 milhões de km² (61% do território nacional), possuindo uma densidade demográfica de apenas 3,2 habitantes por Km². *“Os dois estados mais importantes da região, Pará e Amazonas, concentram quase dois terços da população regional, sendo que apenas a população do Pará corresponde a aproximadamente 48% do total do contingente regional” (ARBEX et alii, 2000).* É na Amazônia que podemos encontrar a maior parte da população indígena ainda existente em nosso país. Cerca de 160 mil índios de diversas etnias vivem em 306 áreas demarcadas, que correspondem a cerca de 101 mil hectares de terras.

3. As Estratégias para a Segurança e Soberania na Amazônia

3.1 Programa de Integração Nacional - PIN

O Presidente Médici lançou, em 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) com o objetivo de assentar uma quantidade aproximada de 100 mil famílias de pequenos agricultores ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Tal atitude não marcou apenas uma decisão do governo brasileiro de estabelecer uma política para maior ocupação da região Amazônica. Esta política servia, também, como forma de oferecer uma válvula de escape para as populações do nordeste e sul do Brasil que estavam sob crescentes tensões agrárias e aumento das desigualdades sociais criadas pela modernização das lavouras (especialmente as lavouras da região sul), o que jogara milhares de pessoas no desemprego e miséria.

Foi desapropriada, por decreto presidencial, uma faixa de 100 Km à esquerda e à direita das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, para atrair os excedentes populacionais do Nordeste brasileiro. Esta estratégia obedecia à doutrina de Segurança Nacional, juntamente com a política de “Integrar para não Entregar” e contava com o slogan do governo federal: “Homens sem terra para uma terra sem homens”.

Segundo Pandolfo o PIN era estruturado por quatro premissas: 1) Expandir a fronteira agrícola; 2) Elevar o nível de vida do homem do campo; 3) Minimizar os problemas sociais no Nordeste; 4) Manter a soberania nacional na região através da ocupação daquelas terras.

Para melhor organizar a ocupação das referidas áreas, foram planejadas três tipos de comunidades rurais que eram representadas pelas agrovila, agrópole e rurópole. Cada uma destas deveria ser responsável por uma determinada função e obedeceriam, assim, uma hierarquia urbanística.

Pandolfo explica que a agrovila seria entendida como uma comunidade residencial rural. A agrópole contaria com uma infra-estrutura mais complexa, contendo um comércio variado, cooperativas, silos, pequenas indústrias, oficinas mecânicas, postos de gasolina e restaurantes. Obedecendo a hierarquia organizacional, em torno destas haveriam 20 agrovilas. Por fim, as rurópolis teriam função de dar suporte econômico-sócio-cultural às agrópolis e suas agrovilas através da prestação de serviços e dando apoio às indústrias existentes naquelas áreas.

A abertura desta região possibilitou um grande aumento da população da região norte nas décadas de 70 e 80. Seduzidos por vários incentivos como promessas de escolas, terra, infra-estrutura e saúde, muitas famílias deixaram seus locais de origem e partiram em direção as remotas e recém abertas áreas na Amazônia. Vários empresários brasileiros também partiram para tentar a sorte nesta região, atraídos pela concessão de incentivos e isenções fiscais.

3.1.1 Principais problemas envolvendo o PIN

Apesar deste ser considerado por muitos como o primeiro grande projeto governamental para ocupação da Amazônia, podemos perceber que o mesmo não teve maiores cuidados com a implementação como os futuros projetos que veremos a seguir (Projeto Calha Norte e SIVAM/SIPAM). Muitos migrantes que foram em busca de melhores condições prometidas pelo governo federal acabaram se deparando com a falta de infra-estrutura, dificuldade de acesso às terras, falta de estradas, decréscimo rápido da fertilidade do solo, assistência técnica insuficiente e dificuldades para armazenamento e escoação dos produtos. Sendo assim, muitas famílias acabaram abandonando as agrovilas (migrando rumo às grandes cidades da região ou retornando as suas cidades de origem) e deixando um grande foco de devastação na floresta, devido ao empenho para implantar a prática da pecuária em grandes pastagens naquele local. Além disso, os problemas fundiários na região acabaram se agravando devido aos incentivos e a estratégia de atração de capitais

privados. Estes, por sua vez, apropriavam-se de grandes extensões de terra e empregavam pouca mão-de-obra.

Este programa foi desenvolvido e aplicado sem antes oferecer uma infraestrutura básica para as populações que para os locais de assentamento se deslocavam. A falta de infraestrutura prejudicava enormemente as atividades comerciais e de serviços básicos, devido às dificuldades ocasionadas pela precariedade das estradas que faziam ligação das referidas vilas com as grandes cidades da região. Além disso, a falta de apoio técnico fez com que os colonos instalados naquele local utilizassem práticas rudimentares na agricultura, o que ocasionava o rápido esgotamento dos solos.

Como se não bastasse, dois outros fatores determinaram de fato o fracasso do programa. O primeiro foi compreendido pelo entendimento errôneo por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual concluíra que o programa se encontrava definitivamente implementado quando na realidade pouca coisa havia sido feita. O segundo fator foi marcado pelo corte de verbas destinadas ao programa devido a escassez de recursos governamentais ocasionados pela Crise do Petróleo que atingia nosso país naquele período.

3.1.2 Os impactos do Programa de Integração Nacional nos dias atuais.

Até hoje a Rodovia Transamazônica, ou “Transamargura” como é localmente conhecida, não foi completamente asfaltada. O tráfego pela mesma é realizado apenas no período “pouco chuvoso”²⁴ do norte do país. As pessoas que ali permaneceram não contam, em sua grande maioria, com serviços básicos de energia, educação, saneamento básico, telefonia e saúde.

²⁴ A região norte do país apresenta apenas duas estações no ano. Uma correspondente a um período com muitas chuvas e a outra com menor intensidade destas.



Fotos da Rodovia Transamazônica na atualidade. Fonte: <www.ari.org.br> Acesso em: 30/10/2003

3.2 Projeto Calha Norte - PCN

De acordo com o Ministério da Defesa, “O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985, pelo Governo Federal, para atender à necessidade de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais”.

Na opinião de outros autores, como Miyamoto, em um estudo publicado na Revista Brasileira de Ciência Política da Universidade de Brasília, foram outros motivos, como as incursões pelas fronteiras de grupos guerrilheiros da Colômbia, juntamente com o aparecimento de governos populistas de tons esquerdistas nas Guianas, que direcionaram o governo brasileiro para a implantação deste projeto. Estes fatores fariam, deste modo, com que a Amazônia se tornasse uma fronteira “viva” e não “morta”. Para o professor René Dreifuss, citado por Faerman em artigo na Revista *Problemas Brasileiros*, analisou que a grande importância deste projeto reside no fator estratégico de esforço de ocupação territorial.

O PCN já esteve vinculado a diversos órgãos do Governo Federal, porém, atualmente, sob responsabilidade do Ministério da Defesa, passa a apresentar as seguintes vertentes:

a) “Contribuir para a Manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Territorial da Região da Calha Norte”.

b) “Contribuir para a Promoção do Desenvolvimento Regional”.

3.2.1 Alcance do Projeto

Abrangendo 74 municípios, 38 dos quais ao longo dos 7.400 Km da Faixa de Fronteira, em 4 Estados da Federação (Amazonas, Amapá, Pará e Roraima), o Programa Calha Norte tem uma área de atuação que corresponde a 17% do Território Nacional, com uma superfície de 1.200.000 Km², onde habitam cerca de 2.700.000 pessoas, aí incluindo 25% da população indígena do Brasil²⁵.

3.2.2 Questão das Fronteiras

De acordo com o Ministério da Defesa²⁶ o Programa já conseguiu cumprir com a etapa de estabelecer presença nas áreas de fronteiras.

Tratando sobre este assunto, ao analisarmos a legislação sul-americana sobre as faixas de fronteiras, descobriremos a importância da presença de nossas forças armadas nestas áreas, não apenas pela demanda criada com intensidade das atividades ilegais e agitações políticas vizinhas, mas também por haverem algumas discrepâncias quanto as legislações de cada país que possui limites com o Brasil naquela região.

De acordo com o Grupo RETIS²⁷, tanto no Brasil, como no restante da América do Sul, os instrumentos legais criados para regular as faixas de fronteira se

²⁵ Dados extraídos do endereço eletrônico <http://www.defesa.gov.br>

²⁶ Idem.

mostraram muitas vezes repetitivos ou em dissonância com as normas anteriores. Além disso, foram elaboradas quase sempre sem o conhecimento das normas que incidiam sobre a faixa de fronteira dos países limítrofes²⁸. Pode-se, portanto, observar as seguintes diferenças adotadas por cada país vizinho:

| País | Faixa de Fronteira | Instrumento Legal |
|------------------|---------------------------|---|
| Argentina | Não tem | Constituição de 1994 |
| Bolívia | 50 Km | Constituição de 1967, reformada em 1994 |
| Brasil | 150 Km | Constituição de 1988 |
| Chile | Não tem | Constituição de 1980, reformada em 2001 |
| Colômbia | Não especifica largura | Constituição de 1991, reformada em 1997 |
| Equador | Não especifica largura | Constituição de 1998 |
| Guiana | Não tem | Constituição de 1980, reformada em 1996 |
| Guiana Francesa* | - | - |
| Paraguai | Não tem | Constituição de 1992 |
| Peru | 50 Km | Constituição de 1993 |
| Suriname | Não tem | Constituição de 1987, reformada em 1992 |
| Uruguai | Não tem | Constituição de 1997 |
| Venezuela | Não especifica largura | Constituição de 1999 |

²⁷ O Grupo RETIS de Pesquisa é formado por pesquisadores-doutores, doutorandos, mestres, mestrados, bolsistas de iniciação científica e de apoio técnico. O grupo atua no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio do CNPq, da FAPERJ e do CEPG/UFRJ. Os dados sobre o referido Grupo podem ser obtidos no endereço <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/index.htm>

²⁸ Maiores informações a cerca da legislação de zonas de fronteiras adotadas pelos países vizinhos poderão ser observadas no anexo.

- dados extraídos do endereço eletrônico do Grupo RETIS

Isto confere mais uma importância para o PCN, que também cumpre com o dever de vigilância das fronteiras e demarcação/recuperação dos marcos fronteiriços.

Atualmente a maior importância do Calha Norte pode estar centrada no fenômeno de esvaziamento demográfico das áreas remotas da região norte (áreas estas cobertas pelo programa), que acaba por gerar maior demanda por patrulhamento contra as crescentes atividades ilícitas internacionais, pela proteção da população que ali reside e pela necessidade de contribuição para um desenvolvimento sustentável nos locais abrangidos pelo projeto. Para uma crescente parcela da imprensa e da sociedade civil, o temor de uma possível intervenção estrangeira na Amazônia confere a este projeto uma grande importância e abre caminho para o surgimento uma vasta gama de artigos relatando as pretensões estrangeiras na região.

Estes setores da sociedade não demonstram uma desnecessária preocupação. De acordo com a Revista Isto é, em sua publicação de 11 de junho de 1997, há relatos de vários militares norte-americanos discursando sobre intervenção e sobre uma suposta soberania relativa na região. Segundo esta reportagem, o porta-voz do Comando do Sul das forças armadas norte-americanas, os EUA já possuiriam uma força de elite para “guardar a floresta amazônica”, já haveriam tentativas por parte da Marinha dos Estados Unidos de realizarem exercícios conjuntos na Amazônia e do interesse destes em estabelecer uma força internacional para cuidar da preservação e integridade da referida área. Deve-se adicionar ao fato declarações como a do Subsecretário de estado para Assuntos globais dos EUA, Timothy Wirth, que durante a Conferência de Segurança Ambiental do Hemisfério Ocidental, organizado pelo Pentágono, em Miami, em junho de 1997, declarou que a proteção dos recursos naturais é hoje um assunto legitimamente militar. Seguindo na mesma linha, o Senador paraense Luiz Otávio Campos, do PMDB, ressaltou em uma entrevista no Jornal O Liberal que o candidato a última eleição americana para presidente, Al Gore, afirmava que “ao contrário do que

pensam os brasileiros, a Amazônia é de todos nós”. O Senador continua sua idéia citando outro caso, do ex-secretário de Estado norte-americano Warren Christopher, que afirmou em discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), que em matéria de direitos humanos e ecologia degradada não há soberania absoluta. Além disso, o mesmo Warren Christopher, no seu livro *O Curso da História*, editado em 1998 pela Universidade de Stanford, ao falar sobre direitos humanos e ecologia, objetos da política externa americana, disse que para levar a cabo a política externa americana e assuntos ecológicos que ameaçam a saúde e o futuro dos EUA, estes usariam a diplomacia apoiada por fortes forças militares.

3.2.3 Calha Norte como barreira à Guerrilha Colombiana

Outro fator a ser considerado e que representa uma importante tarefa para o Programa Calha Norte é a repressão contra a ação dos grupos guerrilheiros colombianos que possuem uma área de atuação muito próxima a fronteira brasileira. A atuação das forças armadas brasileiras como forma de contenção da guerrilha das Farc-EP é evidente pelo fato de que *“para as autoridades militares norte-americanas, as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas constituem o segundo maior movimento terrorista mundial, sendo apenas superado pelo terrorismo islâmico”* (PROCÓPIO, 2003).

Os grupos guerrilheiros colombianos foram formados por ex-combatentes liberais liderados por Pedro Antonio Marín – Manuel Marulanda ou Tirofijo – que criaram, em 1965, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc-EP). Além deste, há a existência de outros grupos guerrilheiros de esquerda naquele país, merecendo também atenção o Exército de Libertação Nacional (ELN). Os conflitos gerados pela atuação dos grupos guerrilheiros no território colombiano fazem com que estes sejam considerados como a principal guerra civil em curso no mundo e que tem sido combatida por sucessivos governos ao longo de quatro décadas²⁹.

²⁹ Dados obtidos no Almanaque Abril 2003.



Fontes: *World Drug Report 2001, Le Monde Diplomatique, Le Monde Hedomanaire*

fonte: Almanaque Abril 2003.

O Programa Calha Norte se insere neste contexto com o intuito de evitar que este problema ultrapasse as nossas faixas de fronteiras na região, evitando não apenas o deslocamento dos combatentes ligados a este conflito, mas também evitando que haja um deslocamento ilegal de uma grande quantidade de civis colombianos para nosso território para fugir do conflito. Apesar das constantes declarações dos integrantes das FARC sobre a não-atuação em território brasileiro, o PCN busca evitar o que ocorreu em setembro de 2001, quando o Exército equatoriano descobriu uma base desse grupo guerrilheiro em seu território, a 30

quilômetros adentro de sua faixa de fronteira. A simples presença de guerrilheiros em território brasileiro, mesmo que estes estejam fora de combate com as forças do exército colombiano, pode representar riscos como a implantação de laboratórios de cocaína em nossa selva, assim como o uso da mesma para esconderijo. Esta idéia aparece como elemento totalmente em conformidade ao pensamento de alguns pesquisadores do Grupo de Trabalho Amazônico³⁰ (GTA) e Amigos da Terra Internacional (FOEI)³¹ que afirmam o seguinte: “É mais do que provável que a pressão norte-americana sobre os governos andinos tenha incentivado as organizações ligadas ao tráfico (como as FARC-EP, dito meu) a redirecionarem as redes de trânsito no sentido da Amazônia brasileira e das Guianas”³².

3.2.4 O Calha Norte e as atividades ilícitas.

Outros problemas não menos importantes e que representam uma grande dificuldade para uma melhor implantação deste projeto são referentes às dificuldades logísticas representadas pelo vazio demográfico e pela dificuldade de acesso às instalações militares. Além destas, existe também uma logística do tráfico de drogas na Amazônia que também gera demanda por maiores cuidados por parte dos gerenciadores do PCN. A logística do tráfico na região pode ser resumida pelos seguintes fatores:

- a) “As rotas utilizadas têm mão dupla, isto é, entra a droga em direção a costa atlântica e sai o contrabando de carros, ouro, madeira, produtos químicos, produtos eletrônicos, etc. em direção ao Pacífico”.

³⁰ O **Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)** é uma rede de entidades da região amazônica brasileira, criada em junho de 1991, que compreende 320 membros e forma uma coligação de experiências de base sem precedentes. Os integrantes do GTA incluem entidades ambientalistas, sindicatos rurais, grupos comunitários e coordenações de povos indígenas. Atualmente o GTA é presidido por uma representante da Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – FETACRE.

³¹ **Amigos da Terra Internacional (FOEI)** é uma federação que visa proteger o ambiente natural e preservar sua diversidade ecológica, cultural e étnica; facilitar a participação do público e as tomadas de decisão democráticas; promover o desenvolvimento sustentável social e economicamente aos níveis local, regional, nacional e global. A FOEI é formada por entidades autônomas de 57 países, que atuam a nível nacional assim como participam de campanhas, projetos e programas comuns.

³² Publicado no livro Políticas Públicas Coerentes: Para uma Amazônia Sustentável – O Desafio da Inovação e o Programa Piloto.

- b) “O uso alternado de diversas redes de circulação fluvial, aérea, marítima, férrea e de rodagem, geralmente de forma intermodal. Isso representa uma mudança em relação ao passado (1975-1989), quando o transporte de cocaína e dos produtos químicos era feito preferencialmente por pequenos aviões que trafegam em baixa altitude, não podendo ser rastreados por radar. De fato, o sistema de rastreamento por radar e de controle do tráfico aéreo não estava implantado na região amazônica³³, um dos motivos que deu origem ao projeto SIVAM. O uso mais freqüente das rotas terrestres não só indica que as redes de tráfico incorporaram indivíduos e empresas localizadas no Brasil numa escala desconhecida anteriormente, como também pode estar relacionada à entrada de pasta de cocaína, mais pesada e de menor valor do que a cocaína refinada, apontando para uma provável difusão de laboratórios para a fabricação de HCl e *crack* em território brasileiro”.

A preocupação do governo brasileiro com esses dois aspectos: Tráfico – Guerrilha é de tamanha relevância, que se não bastasse os elementos citados, “*O narcotráfico e o terrorismo*³⁴ passaram a ser percebidos dentre as mais gritantes ameaças à soberania e a segurança dos Estados na comunidade das nações” (PROCÓPIO, 2003).

Não obstante, após a reflexão sobre todas estas dificuldades que o PCN conta, ainda devemos lembrar também das paroquianas, duras e consistentes críticas que o programa recebe por estar atuando em algumas áreas de reservas indígenas. Afim de dar uma resposta às críticas com esta abordagem, foi publicado no Diário Oficial da União, do dia 21 de outubro de 2003, a Portaria de número 983/DPE/SPEAI/MD, de 17 de outubro de 2003, aprovando a Diretriz para o relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas³⁵.

³³ O Sivam/Sipam não se encontrava em funcionamento até a data de publicação do livro Políticas Públicas Coerentes.

³⁴ A forma usada pelo autor, em algumas partes de seu livro, para citar a guerrilha colombiana de esquerda.

³⁵ Ver Anexo.

3.2.5 Estratégias para a Concretização dos Objetivos do PCN

Para atingir seus objetivos, o programa conta com a participação das forças armadas, Ministério da Defesa e prefeituras municipais (localizadas na região de implantação do projeto) para que estes cumpram, através desta maior cooperação, com o propósito de desenvolvimento de uma infra-estrutura e apoio às populações locais.

O PCN, de forma a garantir seus propósitos, desenvolveu um planejamento de ação denominado de Plano Plurianual 2000/2003, que contém os seguintes projetos e atividades:

Projetos:

- a) “Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial da Calha Norte”, que visa a melhoria da infra-estrutura das unidades militares, a ampliação do apoio às populações locais e a manutenção da segurança local através da ampliação da vigilância. (texto PCN Min. Def.)
- b) “Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte”, que busca a melhoria das condições de saúde, educação, transporte, saneamento básico, energia e comunicação dos residentes daquela área.
- c) “Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte”, o que busca manter a autoridade do “Poder Estatal brasileiro na região, atuando de forma direta na soberania nacional, inibindo a proliferação de ações ilícitas e servindo de núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes da área”.

Atividades:

- a) Apoio Aéreo, que busca fornecer um maior apoio logístico e contribuir com o atendimento das comunidades isoladas.
- b) Manutenção de Aeródromos, com o objetivo de manter em boas condições estes lugares, dando maior atenção àqueles localizados em regiões de acesso mais difícil.
- c) Conservação de Rodovias na Região do Calha Norte, que busca a manutenção das rodovias localizadas naquele local, que cumprem uma importante função devido à reduzida malha rodoviária presente naquele local.
- d) Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região da Calha Norte, buscando suprir as deficiências técnicas locais e a manutenção do fornecimento de energia às instalações dos pelotões e comunidades fronteiriças.
- e) Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte, o que contribui para a fixação das comunidades naquelas regiões, evitando o seu êxodo e, conseqüentemente, o esvaziamento demográfico.
- f) Manutenção de Embarcações que Fazem a Segurança dos Rios e da Infra-Estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da região da Calha Norte.



Fotos das construções de uma estrada em São Gabriel da Cachoeira-AM e de uma pequena central hidrelétrica em Pari-Cachoeira-AM, ambas realizadas com recursos e coordenação do PCN.³⁶

O professor Adherbal Meira Mattos possui, entretanto, uma diferente visão referente às prioridades dos projetos desenvolvidos pelo PCN. Para ele, os projetos do Calha Norte estão principalmente relacionados à intensificação das campanhas de recuperação de marcos limítrofes (levando em consideração que a quantidade de marcos limítrofes e a extensão das fronteiras na região são as seguintes: Colômbia – 1.643 km de extensão e a existência de apenas 80 marcos; Venezuela – 2.199 km de extensão e 1.409 marcos; Guiana – 1.606 km de extensão e 134 marcos; Suriname – 593 km de extensão e 60 marcos e a Guiana Francesa com 730 km de extensão e 07 marcos); contribuição para o incremento das relações bilaterais do país, juntamente com o aumento da cooperação técnica e cooperação contra o narcotráfico; e a definição de uma política indigenista apropriada para as áreas fronteiriças.

Independentemente das diferentes visões de quais seriam os principais projetos implementados (ou a serem implementados) pelo Calha Norte, devemos nos atentar para as realizações já feitas até a presente data e o impacto desta na vida das populações locais.

³⁶ Obtidas no endereço eletrônico do Ministério da Defesa, em: <<http://www.defesa.gov.br>>

De acordo com a gerência do Programa³⁷, mesmo com todas as dificuldades citadas e somadas às dificuldades financeiras do Governo Federal em repassar verbas, o Programa vêm obtendo resultados favoráveis que têm, em sua maioria, beneficiado mais a população, com a implementação das atividades aqui mencionadas, do que as Forças Armadas em si. A gerência do PCN afirmou que as atividades ali desenvolvidas estão melhorando a qualidade de vida local e contribuindo para o estabelecimento de fato das populações naqueles locais, evitando assim as migrações regionais.

Dentre estes resultados, podemos citar a construção de escolas, construção de hospitais, construção e recuperação de aeródromos, pontes, rodovias, implantação de centros de treinamento profissional e colégios agropecuários, construção de tubulações para água, construção de creches, de centros de saúde e a demarcação de várias áreas indígenas, etc³⁸.

Para o Ministério da Defesa de nosso país, “é necessário que se entenda que o Programa Calha Norte transcende em muito o aspecto de vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, para se mostrar como um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região³⁹”.

3.3 Projeto SIVAM/SIPAM

Não faz muitos anos atrás que o conhecimento que se tinha sobre a Região Amazônica era composto por crenças e relatos. “Há apenas trinta anos acreditava-se, por exemplo, que a região era formada principalmente por uma imensa planície”

³⁷ Segundo informações recolhidas em entrevista realizada com membros da gerência do Programa Calha Norte, na cidade de Brasília-DF, no dia 22/10/2003.

³⁸ Dados completos das realizações do Projeto Calha Norte, ver anexo.

³⁹ Informação retirada do endereço eletrônico do Ministério da Defesa, em: <<http://www.defesa.gov.br>>

(MAGNOLI *et alii*, 2000). Dentre os fatores que contribuíram para a formação desta visão, estavam o baixo povoamento e a extensão da floresta.

Foi somente a partir das décadas de 70 e 80 que, com a introdução do Projeto Radares da Amazônia (RADAM), que se passou a ter maiores informações acerca do relevo da região. Essas informações foram permitidas através da análise de dados coletados por radares instalados em aviões que sobrevoaram a área durante aquele período.

Além da descoberta de um novo tipo de relevo e do grandioso tamanho de sua bacia hidrográfica, o maior conhecimento da geografia permitiu maior compreensão dos desafios que o local representava para o país, como a questão do narcotráfico e a segurança do tráfego aéreo, por exemplo.

Este projeto abriu um precedente para que fossem, no futuro, adotadas medidas de vigilância permanente para a região.

Tratando-se de narcotráfico, a Amazônia merece atenção especial. Esta, além de ser a principal atividade comercial da Amazônia Internacional, dados das Nações Unidas fazem referência à possibilidade de grupos de narcotraficantes da Colômbia fazerem circular um montante de até 400 bilhões de dólares em comércio ilegal na região, valor este que corresponde ao absurdo de 8% do valor correspondente ao comércio mundial. Somado a isto, deve-se adicionar o depoimento dado por um ex-diretor-geral da Polícia Federal do Brasil a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o narcotráfico, onde o mesmo afirmava que o espaço aéreo da Amazônia Brasileira era invadido por mais de 2.000 vezes todos os dias por aeronaves com ligações ao narcotráfico.

Mesmo com a compreensão obtida através dos resultados do projeto RADAM, ainda houveram outros fatores que demandaram uma necessidade de maior vigilância da região, como foi o caso exposto pelo maior engajamento do governo norte americano no combate as drogas, fator este que levou os Estados Unidos a desenvolver novas políticas para a América Latina, em especial para a Colômbia que é o maior exportador de cocaína para a América do Norte.

“Em conformidade com essa linha de estratégia de militarizar o combate ao narcotráfico, os Estados Unidos pressionam o governo brasileiro para, por exemplo, colocar em prática uma lei, aprovada pelo Congresso em 1998 e sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em março, que permite abater aviões “suspeitos”. Essencialmente, a aeronave que desrespeitasse a ordem para pousar seria considerada hostil e poderia ser destruída. Até o final de 1999, o governo brasileiro resistia a essa idéia. (...) Como forma de pressão, os militares americanos deixaram de fornecer dados sobre o tráfego aéreo na Amazônia brasileira, pelas bases que seu país tem no Panamá, no Equador e na Venezuela”. (OLIC et alii, 2000).

Segundo a Geógrafa Bertha Becker, em palestra proferida no Senado Federal⁴⁰, o projeto SIVAM/SIPAM foi uma iniciativa do Governo Federal brasileiro para responder as pressões internacionais e mostrar que o Brasil não precisava de “ajuda” para controlar seu território e, evitar assim, qualquer tipo de possibilidade de instalação de unidades de operações avançadas⁴¹ norte-americanas na Amazônia Brasileira.

3.3.1 O Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM

Entrou em atividade, em 25 de julho de 2002, na cidade de Manaus, o primeiro Centro Regional de Vigilância do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), que correspondia a um investimento de 1,4 bilhão de dólares. Segundo

⁴⁰ Palestra realizada no Senado Federal, no dia 21 de outubro de 2003, que tinha o seguinte tema: Estratégia para o Desenvolvimento Regional da Amazônia – Concepção Espacial.

⁴¹ Novo termo para designar as bases militares norte-americanas.

declarações do jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto⁴², a data de início de funcionamento daquele centro não era casual. “O contrato entre o governo brasileiro e a empresa norte-americana Raytheon foi assinado exatamente em 25 de julho de 1997, com previsão de execução em cinco anos. Os responsáveis pela empreitada queriam mandar um recado: O SIVAM é tão sério que cumpre rigorosamente seus prazos. Algo decididamente raro no Brasil”.

O SIVAM possui uma história em comum com o SIPAM. Ambos surgiram como uma idéia da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e dos Ministérios da Justiça e da Aeronáutica como forma de obter maior defesa, proteção, conhecimento e controle da Amazônia.

Contando com um recurso de mais de 1,4 bilhão de dólares, o Sistema de Vigilância da Amazônia se tornava assim o “maior e mais ambicioso projeto do governo federal destinado à região amazônica, tanto em termos de recursos e tecnologia como de escopo territorial”⁴³, determinando assim que “as implicações de natureza geopolítica estiveram presentes desde sua concepção, com peso diretamente proporcional à escala do projeto”⁴⁴.

O Sistema de Vigilância da Amazônia é uma rede de coletas de informações, com o objetivo de concentrar e compartilhar informações a respeito da Amazônia, visando otimizar os dados recolhidos daquela área, de modo a evitar que diferentes órgãos governamentais realizem tarefas idênticas e desperdicem o dinheiro público.⁴⁵

⁴² Em seu livro *Internacionalização da Amazônia: Sete Reflexões e Alguns Apontamentos Inconvenientes*.

⁴³ Livro *Políticas Públicas Coerentes*. Pág 56.

⁴⁴ *Idem*, *ibidem*.

⁴⁵ Informação obtida no endereço eletrônico do Projeto SIVAM, em: <<http://www.sivam.gov.br>>



Fonte: Almanaque Abril 2003. CD-ROM.

Apesar dos grandes avanços que o referido Sistema pode representar, podemos destacar algumas críticas feitas. Segundo o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto,

“o SIVAM surgiu sob o desconhecimento quase generalizado da comunidade científica, que foi ignorada na concepção e simplesmente recrutada para a fase de execução do projeto. Só quando o SIVAM já estava pronto e acabado é que pesquisadores foram incorporados ao empreendimento. Teriam que aceitar a

estrutura paralela montada pelos idealizadores do sistema e, ajustando-se a ela”.

3.3.1.1 Principais problemas envolvendo o SIVAM

É possível detectarmos na mídia brasileira uma série de matérias apontando falhas e problemas referentes a este projeto. Apesar dessas várias indicações, os problemas mais graves, de acordo com o autor desta monografia, são os seguintes:

a) O elevado preço para implantação do projeto, aliado ao fato de não ter havido concorrência para baratear o custo do mesmo.

b) O fato de ainda não ter entrado em vigor a polêmica “Lei do Abate”, a qual permitiria a Força Aérea Brasileira abater qualquer aeronave que entrasse em território brasileiro sem autorização e que se recusasse a estabelecer contato com as autoridades responsáveis pelo controle do tráfego aéreo.

De acordo com estudo feito no Centro Coordenador do SIVAM (CCSIVAM), em Brasília, que visava buscar subsídios para o comentário de tais problemas, foi descoberto o seguinte: Não houve concorrência para implantação do SIVAM pelo fato de que, por motivos políticos e de segurança, os assuntos estratégicos não entram em licitação em nenhum canto do mundo. A não-efetivação da “Lei do Abate” representa também um grande problema ao SIVAM pelo fato da guerrilha de esquerda colombiana, que é financiada pelo tráfico de drogas e que será, conseqüentemente, enormemente prejudicada com o funcionamento deste Sistema de Vigilância, poderá querer sabotar, através de ataques aéreos, as instalações físicas do referido sistema.

3.3.1.2 Situação Atual

O SIVAM, segundo o CCSIVAM em Brasília, já está cumprindo com seus objetivos. Este já está permitindo aos órgãos da região a fazerem suas partes com o fornecimento de dados.

Atualmente, o SIVAM se encontra em fase final de implantação, restando para sua conclusão algo em torno de 5%. Como este pequeno percentual refere-se a fatores considerados como críticos pela direção do Sistema, este projeto estará completamente pronto em dezembro de 2004.

3.3.1.3 O SIVAM e a Política Externa Brasileira

Em 25 de agosto de 2003, segundo Mário Simas Filho, foi assinado um Tratado entre o Mercosul e o Peru. Além das premissas comerciais contidas nesse Tratado, havia também a inclusão do Peru no SIVAM. Esta medida resultou do esforço que o Governo do Presidente Lula vem fazendo para estreitar os laços com os países vizinhos.

3.3.1.4 Objetivos finais do SIVAM

Os objetivos finais são aqueles referentes ao repasse de todas as informações possíveis, geradas pela estrutura física e lógica do SIVAM, aos órgãos do SIPAM.

3.3.2 O Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM

A história do Sivam começa no ano de 1990, no mês de setembro, quando os Ministros da Justiça, da Aeronáutica e Secretário de Assuntos Estratégicos apresentaram uma exposição de motivos à Presidência da República, com o objetivo de mostrar a “verdadeira realidade” da Amazônia, os seus problemas e gerar “as primeiras diretrizes de atuação integrada de órgãos governamentais na repressão aos ilícitos e proteção ambiental da Amazônia”⁴⁶.

A “verdadeira realidade” da Amazônia,

“seria o estado de insegurança nacional na região. Para combatê-lo, a solução lógica consistiria em reforçar a segurança nacional na maior porção supostamente homogênea do território nacional, sua reserva de riquezas para o futuro” (PINTO, 2002).

A partir de então, a Secretaria de Assuntos Estratégicos ficou inicialmente encarregada de autorizar os Ministérios da Justiça e o Ministério da Aeronáutica a implementarem um sistema de vigilância da Amazônia. Desta forma, “O Ministério da Aeronáutica, em face da delegação recebida, instituiu uma Comissão para coordenar o Projeto SIVAM (parte do SIPAM), para a concepção, aquisição e instalação da infra-estrutura do Sistema. Paralelamente, foi criada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, a Comissão de Implantação do Sistema de Proteção da Amazônia. Com a extinção da SAE, foi criado um Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, diretamente vinculado a Casa Civil. Em 2002, foi criado o Centro Gestor e Operacional do SIPAM, também na Casa Civil da Presidência da República”⁴⁷.

O Sistema de Proteção da Amazônia é um ambicioso projeto realizado pelo governo brasileiro com o intuito de obter maiores informações e maior controle na

⁴⁶ De acordo com a posição oficial do Centro Gestor e Operacional do Sipam.

⁴⁷ Informação recolhida no site <http://www.sipam.gov.br>

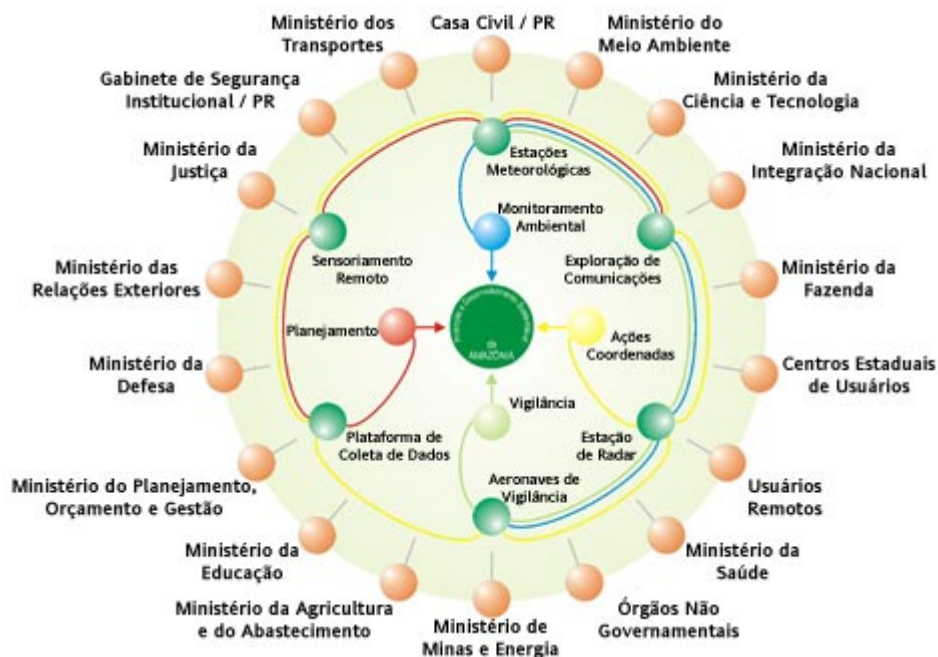
área conhecida como Amazônia Legal. Este sistema possui vários objetivos nas áreas de vigilância, saúde, educação, controle de atividades ilícitas, apoio à circulação fluvial, atuação da defesa civil, apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento sustentável, proteção do meio ambiente, controle do tráfego aéreo, de superfícies e do uso do solo.

De acordo com dados do Centro Gestor e Operacional do SIPAM, em Brasília, este projeto tem como objetivo geral a tarefa de

“Proporcionar à região amazônica e ao Brasil maior qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento humano e sustentável da mais vasta e rica região do planeta, capaz de produzir riqueza e bem-estar social a milhões de brasileiros. E, na medida em que enseja a participação e a integração com países vizinhos, o SIPAM ainda possibilita a criação de um cinturão de defesa do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na América do Sul”.

A diferença entre o SIVAM e o SIPAM reside no seguinte aspecto: a) O SIVAM refere-se à base tecnológica do Sistema; b) O SIPAM compreende a organização sistêmica, ou “o todo”.

O SIPAM é um sistema integrado que funciona em conjunto com as seguintes instituições:



Fonte: <http://www.sipam.gov.br>

O SIPAM aparece como uma forma de reverter o enfraquecimento do poder do Governo Federal na Amazônia Legal⁴⁸, visando a integração de fatia importante do território nacional, a conservação, o desenvolvimento sustentável de uma das últimas fronteiras de recursos não renováveis do planeta.

Este surge, então, para promover a integração nacional, colaborando para que aquela região se desenvolva em conjunto com outras regiões do país; para articular a integração da região Amazônica em termos de vigilância e proteção de seus recursos; promover o intercâmbio de informações entre instituições governamentais e não-governamentais brasileiras; conceder cidadania às populações locais e garantir um maior controle sobre o determinado local.

O SIPAM deverá proporcionar maiores ações do Governo Federal na região, no que se refere à vigilância, saúde, educação, meio ambiente, uso do solo e no controle de tráfego aéreo e superfície. Pode-se perceber, então, que os programas governamentais na região têm duas preocupações vitais: primeiramente com o fornecimento de uma estrutura que permita uma melhor qualidade de vida para as

⁴⁸ De acordo com opinião da Geógrafa Bertha K. Becker, em palestra realizada no Senado Federal, em Outubro de 2003.

populações amazônicas e em segundo, com o combate as atividades ilícitas. Baseado nessas informações podemos destacar a seguinte declaração do professor Argemiro Procópio⁴⁹ em seu livro Brasil: Novos Desafios:

“Na formulação de políticas de combate ao crime organizado e às manifestações de violência urbana, é necessário, antes de tudo, atacar as causas da insegurança por meio da presença do Estado na prestação de serviços nas áreas da educação, saúde, habitação, saneamento e principalmente justiça”.

No que diz respeito à segurança e soberania da Amazônia Legal, os pontos relacionados à vigilância e ao controle do tráfego aéreo e terrestre têm vital importância.

A vigilância busca monitorar as comunicações clandestinas, ter maior controle do tráfego aéreo e de rotas de narcotráfico, realizar vigilância do espectro eletromagnético, atuar em conflitos nas terras indígenas, vigiar e controlar as fronteiras e rotas de contrabando, localizar pistas clandestinas e locais de extração irregular de recursos naturais, vigiar garimpos irregulares, etc.

Com relação as funções geradas pelo controle do tráfego aéreo e de superfície, o Sistema visa identificar e combater as atividades ilícitas, controlar o espaço aéreo, apoiar a navegação aérea, dar apoio ao controle da circulação fluvial, monitorar embarcações, etc.

Para cumprir com essas proposições, o SIPAM conta com recursos tecnologicamente avançados, que vão desde simples detectores de raios a avançados satélites de monitoramento. Estes recursos se encontram em operação nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Essa infra-estrutura produz permanentemente, e em tempo

⁴⁹ Argemiro Procópio é professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, sendo autor de diversas publicações. O mesmo também já trabalhou na Universidade de Varsóvia, Polônia, como professor visitante.

real, os dados sobre os movimentos e situações que ocorrem na região, abrangendo solo, água e ar⁵⁰.

Além dos recursos tecnológicos citados, o Sistema de Proteção da Amazônia, por ser considerado como o maior sistema de proteção ambiental do mundo já implantado, encontra uma nova importância estratégica para o país e sua soberania sobre a Amazônia.

Vale lembrar também que apesar de todos os motivos aqui expostos, há críticas quanto à operacionalidade e aos objetivos do SIPAM. O jornalista Lúcio Flávio Pinto⁵¹ faz os seguintes questionamentos,

“Com tudo isso, haverá plena soberania sobre a Amazônia? A região estará recoberta pelo cinturão eletrônico da segurança nacional? Será mais corretamente aproveitada? Gerará maiores e melhores benefícios para sua população e os demais brasileiros?”

Assim como o Programa Calha Norte, o SIPAM, através da implantação de um “aprofundamento” e melhoria da infra-estrutura da Amazônia Legal, busca oferecer melhores condições de vida e inclusão social à população amazônica para que esta, por sua vez, se fixe definitivamente⁵² e garanta, geopoliticamente, a manutenção do poder governamental brasileiro na região.

⁵⁰ Dados obtidos com o Centro Gestor e Operacional do Sipam.

⁵¹ Em seu livro Internacionalização da Amazônia: Sete Reflexões e Alguns Apontamentos Inconvenientes.

⁵² Principalmente aos habitantes de pequenos vilarejos que são distantes dos grandes centros e próximos as fronteiras.

MAPA TEMÁTICO DE EQUIPAMENTOS E RECURSOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

| | | | |
|---|---|--|---|
|  | Aeronaves de vigilância R99-A vigilância de movimentos aéreos, inclusive de baixa altitude, e do espectro eletromagnético | Terminais usuários promove a integração dos estados, municípios e órgãos governamentais |  |
|  | Aeronaves de sensoriamento R99-B informações das características do solo e de movimento na superfície | Exploração de comunicações Monitoração das comunicações a partir de locais fixos e sistemas aeroembarcados |  |
|  | Radares meteorológicos prognósticos meteorológicos precisos da região amazônica | Equipamentos de radiodeterminação permite que usuários mantenham contato permanente com Cr's; permite transmissão de dados e voz |  |
|  | Estação meteorológica de Superfície medidas dos diversos parâmetros meteorológicos; alimenta modelos numéricos de previsão do tempo e base de dados para estudos climatológicos | Antena HUB enlace de telecomunicações por satélite (voz e dados) Antena V-Sat enlace de telecomunicações nos terminais usuários (voz e dados) |  |

Fonte: <http://www.sipam.gov.br>

3.3.2.1 Operacionalização do SIPAM

Segundo o Centro Gestor e Operacional do SIPAM, a operacionalização do SIPAM acontece de forma gradual, a partir dos Centros Regionais – os CR's sediados em Manaus, Porto Velho e Belém. Um Plano de Ativação Piloto do sistema está implantado no Centro Regional de Vigilância de Manaus, que é também o Centro de Apoio Logístico do sistema, onde as funções básicas entram em operação por meio de células de ativação. O Plano vem sendo conduzido de forma a garantir a implementação progressiva da geração de produtos de interesse estratégico para as políticas públicas, com custos controlados, usando como base os documentos de concepção dos Centros Regionais. A execução desse Plano fornece subsídios à estruturação do SIPAM, permitindo a elaboração de um Conceito Operacional

definitivo e testado na prática, bem como a gradual integração dos órgãos governamentais e não-governamentais participantes do Sistema.

3.3.2.2 Objetivos Finais

O Sistema de Vigilância da Amazônia tem como objetivos finais possibilitar o desenvolvimento humano e sustentável da região Amazônica como um todo, aumentar a integração com os países vizinhos e proteger melhor o meio ambiente e recursos naturais do referido local.

3.3.2.3 Estágio Atual

Neste exato momento⁵³, já se encontram em operação dois satélites e quatro radares com funções de fornecimento de subsídios aos estudos meteorológicos da região. Setenta e cinco plataformas de coleta de dados sobre o estado das águas da bacia amazônica⁵⁴.

Há também dezenove radares de vigilância que já estão fazendo o controle do tráfego aéreo em conjunto com quatro aeronaves R99-A⁵⁵ que monitoram os vôos em baixas altitudes.

Com o objetivo de conceber informações sobre as características de solo e movimentos de superfície, há duas aeronaves de sensoriamento R99-B que apoiarão o os trabalhos dos pesquisadores e cientistas na Amazônia.

⁵³ Novembro de 2003.

⁵⁴ Coleta de dados sobre a quantidade e qualidade da água, permitindo, conforme explicações do Centro Gestor e Operacional do SIPAM, detectar a presença de substâncias tóxicas e químicas, a capacidade de navegabilidade dos rios e outras informações, além de fornecer dados referentes à pluviometria.

⁵⁵ As aeronaves R99-A possuem, em cada uma delas, um radar de vigilância aeroembarcado.

Além destas, já estão construídas e em funcionamento uma estação para exploração de comunicações, em Boa Vista; um Centro Regional de Vigilância (CRV), em Manaus; e oito Centros Estaduais de Usuários⁵⁶ (CEU). Esta infraestrutura montada já permitiu com que o SIPAM, em conjunto com o IBAMA, mostrasse suas primeiras ações, como no caso de uma repressão feita a uma tentativa de desmatamento de uma área de mais de 100 mil hectares na Amazônia.

⁵⁶ Os Centros Estaduais de Usuários (CEU's) são unidades do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) implantadas nos âmbitos estaduais de governo, com o objetivo disponibilizar às Secretarias de Estado acesso às informações, ferramentas e funções aplicativos do sistema e também receber as informações do estado, que serão socializadas no banco de dados SIPAM.

4. A Cooperação Internacional como Estratégia para a Segurança e Soberania na Amazônia.

4.1 Tratado de Cooperação Amazônica

4.1.1 Histórico

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), também conhecido por Pacto Amazônico, foi uma idéia do governo brasileiro⁵⁷ que buscava, através de um processo de integração entre os demais países amazônicos, a realização de objetivos comuns visando o desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente, a soberania, o desenvolvimento das ciências e tecnologias referentes à realidade daquela região.

Este Tratado foi assinado em 03 de julho de 1978, na cidade de Brasília, e contou com a participação dos seguintes países-membros: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

O TCA entrou em vigor em agosto de 1980, quando a última parte contratante⁵⁸ depositou seu instrumento de ratificação.

4.1.2 Princípios Gerais do Tratado

O Tratado de Cooperação Amazônica contém cinco princípios gerais, que são: competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da

⁵⁷ Idealizado pelo Ministério das Relações Exteriores.

⁵⁸ Venezuela, pois este discordava de muitos pontos referentes a integração.

Amazônia; a soberania nacional na utilização e conservação dos recursos naturais; a cooperação regional como meio de facilitar a realização dos dois objetivos anteriores; o equilíbrio e a harmonia entre a proteção ecológica e o desenvolvimento econômico; e a absoluta igualdade entre as partes.

4.1.3 Aspectos Formais do Pacto Amazônico

Os aspectos formais do pacto foram compostos pelos seguintes fatores: Veto; Reservas; Declarações Interpretativas; Duração; Adesão; Denúncia; Idiomas; Depósito; Ratificação e Registros.

O Veto: é um recurso utilizado no tratado de modo que o veto de um componente anula uma determinada medida proposta.

Reservas: As reservas não foram admitidas neste pacto, sendo que quem o assinou, comprometeu-se com este em sua totalidade.

Declarações Interpretativas: O tratado não aceita declarações interpretativas dos países membros, caso estes busquem realizar uma interpretação própria daquilo que está escrito.

Duração: Não há prazo para o término.

Adesão: Não são permitidas adesões ao Tratado. De acordo com o professor Mattos, caso a Guiana Francesa se torne um dia independente e queira ingressar no mesmo, esta não poderá a não ser que o tratado seja reformulado. Apesar deste tratado não permitir adesões, de acordo com a Declaração de Belém, é possível a participação de observadores no mesmo.

Denúncia: é um recurso utilizado para sair do tratado, caso algum país deseje. Qualquer um dos países podem denunciar o tratado, desligando-se assim após o período de um ano.

Idiomas: Corresponde aos idiomas dos países-membros.

Depósito: O depósito⁵⁹ foi feito no território brasileiro, junto ao governo federal.

Ratificação: Foram feitas segundo as regras constitucionais de cada país.

Registros: Este tratado não prevê registro⁶⁰.

4.1.4 Principais Dificuldades

O primeiro grande problema envolvendo este tratado ocorreu antes deste entrar em vigor. Temendo uma eventual hegemonia brasileira, tanto o Peru quanto a Venezuela acabaram não aceitando a introdução deste como um tratado de integração⁶¹, mas sim como um tratado de cooperação⁶². Segundo o professor Adherbal Meira Mattos, este já seria o principal fator de insucesso do mesmo. Além disso, este não concedeu poderes à iniciativa privada, deixou a parte cultural e educacional relegadas ao segundo plano, não tratou de questões bélicas e militares e não criou sanções para coibir o descumprimento ou desrespeito ao referido tratado. Os poucos resultados obtidos com o TCA limitaram-se quase que exclusivamente aos campos econômico-social. Essa inércia para por em prática o acordado acabou gerando uma apreensão no Brasil, que acabou colocando em prática o Programa Calha Norte.

4.1.5 Fatos Recentes

⁵⁹ O depósito é geralmente feito na Secretaria de algum órgão como a ONU ou OEA. Neste caso, como a idéia foi brasileira, em respeito e homenagem ao Brasil, o depósito foi feito em território brasileiro junto ao nosso governo (MATTOS, 1991. pág. 64).

⁶⁰ Geralmente os tratados coletivos e os internacionais de modo geral são registrados nas secretarias dos órgãos OEA e ONU (MATTOS, 1991).

⁶¹ Engloba aspectos político-econômicos.

⁶² Engloba aspectos econômicos e sociais.

No ano de 1995 foi realizada na cidade de Lima, no Peru, a V Reunião de Ministros de Relações Exteriores que tinha o objetivo de fortalecer o Tratado. Para cumprir com este objetivo foi criada uma Secretaria Permanente com personalidade jurídica internacional. Depois disso foi firmado na cidade de Caracas, na Venezuela, em dezembro de 1998, o Protocolo de Emenda ao Tratado, que transformava este em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), transformando-o assim em um organismo internacional.

Mais posteriormente, conforme informações obtidas no endereço eletrônico do OTCA, na Internet,

“Con ocasión de la última Reunión de Cancilleres ocurrida en Santa Cruz de la Sierra, en noviembre de 2002, los gobiernos reiteran el horizonte estratégico de la Organización como instrumento privilegiado para la cooperación y concertación política entre sus miembros. En marzo de 2003, se pone en marcha la Secretaría Permanente de la OTCA en la sede provisoria que le concede el Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil (Itamaraty), en su propio edificio, en Brasília”⁶³.

Apesar dessas recentes tentativas de alavancar o antigo TCA, segundo a geógrafa Bertha Becker, respondendo à consulta do autor, respondeu que apesar de todas essas tentativas de revigoração, até o presente momento, nada funcionou, com exceção de algumas poucas pesquisas da UNAMAZ⁶⁴. Quanto ao futuro deste, a geógrafa vê possibilidades de mudanças e melhorias pelo fato do Brasil, o maior interessado, ter ficado com a Secretaria instalada permanentemente em seu território.

⁶³ Dados obtidos em <<http://www.otca.org.br/organizacion/qes.htm>>. Dados obtidos em 02/11/2003.

⁶⁴ Associação de Universidades Amazônicas. Para maiores detalhes, consultar <<http://www.ufpa.br/unamaz/portugues/regimento.htm>>.

4.1.6 O TCA e o Programa Calha Norte

A intenção que houve entre alguns estadistas da América do Sul, que culminou na criação do Tratado de Cooperação Amazônica em 03 de julho de 1978, era de que se formasse um esforço comum na Pan-Amazônia⁶⁵, a fim de resolver, ou minimizar, os problemas ocorridos naquela área. A complexidade da região sempre foi um fator determinante para dificultar as ações dos governos dos países que ali possuem território em termos de oferecimento de um bem estar social as suas populações e ao combate às práticas ilícitas, que são muito comuns e freqüentes ali. A cooperação entre estes significaria muito mais do que a redução de custos para a realizações governamentais naquela área. Esta significaria maior presença e um maior exercício de soberania por parte de cada país membro.

A história do TCA nos mostra que o mesmo já começou de forma incorreta: Repleto de desconfianças, dificuldades de relacionamentos e temores quanto a uma eventual hegemonia brasileira no mesmo. Já está mais que evidente que a cooperação, seja ela econômica, política ou social, é a forma mais fácil que alguns países podem se valer de benefícios mútuos. O TCA, que deveria surgir, então, como um mecanismo de compartilhar conhecimentos e experiências para o seu desenvolvimento sócio-político-econômico da Amazônia, acabou ficando apenas na teoria. As poucas ações resultantes da mesma envolveram, em sua maioria, aspectos relacionados aos campos da ciência e tecnologia.

Devido ao fracasso deste tratado, surge como plano de ação alternativo do governo brasileiro a implantação do programa Calha Norte.

O Pacto Amazônico representa um importante fator para que os países-membros possam não apenas resolver os problemas em comum na Amazônia. Este Pacto representa também uma possibilidade única de reinserir a Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Essa nova inserção permitiria que a mesma não fosse mais uma simples área fornecedora de matérias primas baratas ou de outros produtos com baixíssimos valores agregados. A cooperação entre os

⁶⁵ Expressão usada para designar a Amazônia continental.

membros do tratado poderia lançar várias iniciativas que colocariam a Amazônia no verdadeiro lugar que esta deveria estar: como uma área especializada em pesquisas e desenvolvimentos de produtos ligados a biotecnologia e na produção de remédios, pois o campo de estudo e área para fornecimento do material de trabalho ali já se encontram. O Pacto também, caso seja colocado verdadeiramente em prática algum dia, poderá aproximar mais os governos da região que historicamente estiveram afastados em termos políticos. Este entrosamento poderia representar um ganho para o continente sul-americano por ajudar a fortalecer ainda mais a democracia na região e organizar, em termos políticos, melhor estes países para atuação em conjunto, na arena internacional, em questões⁶⁶ que envolvessem interesses em comum e/ou que representassem ganhos para a região de forma geral.

O Pacto também pode representar ganhos no que diz respeito à segurança e soberania da Amazônia Internacional. O trabalho em conjunto dos países envolvidos pode baratear qualquer tipo de ação que venha a ser implantada. Esta redução de custo para implantação de medidas que visam à manutenção da ordem e do fortalecimento do poder dos governos em seus respectivos territórios, é de grande importância para qualquer país do mundo, mas se ganha maior valor com a situação financeira dos países-partes deste tratado, incluindo-se o Brasil, que a cada dia precisam fazer mais cortes em seus gastos e controlar mais suas despesas.

Por fim, apesar de alguns estrategistas geopolíticos garantirem que a cada assinatura de um tratado uma parte da soberania nacional é perdida, o fortalecimento do atual OTCA poderá servir como um dos principais elementos para manutenção da soberania de nosso país na região, descartando quaisquer eventuais interesses externos na região de acordo com um possível e conflitante cenário⁶⁷ internacional gerado por escassez de água ou de outros recursos que se encontram em abundância na Amazônia.

⁶⁶ Podemos citar como exemplo questões relacionadas ao protecionismo dos países desenvolvidos aos produtos agrícolas sul-americanos, questões relacionadas a biopirataria e as patentes, etc.

⁶⁷ Termo este usado nas relações internacionais para designar, conforme explica Evans, “An imagined, hypothetical future state of affairs”.

5. Considerações Finais

A formulação do problema deste trabalho envolveu a seguinte pergunta: “Até que ponto as estratégias adotadas pelo Governo Federal têm garantido a segurança e soberania nacional sobre o território amazônico?”. Com base nesta questão foi possível a identificação do andamento dos principais projetos desenvolvidos naquela região, apontando para suas maiores realizações e impactos atuais, tanto em termos políticos como em termos de melhorias para os habitantes locais.

No decorrer deste estudo, foi observado que os esforços realizados na região obtiveram um resultado parcial, caso levemos em consideração a relação do que pôde ser implantado mesmo com a grande escassez de recursos a qual a máquina administrativa federal vêm enfrentando nas últimas décadas. Se considerarmos fatores geopolíticos e estratégicos relacionados à segurança e soberania da Amazônia, veremos que os objetivos também foram atingidos apenas em parte. Essa afirmativa tem como base o fato de que todos os projetos desenvolvidos na região não foram nada mais que contrapartidas unilaterais brasileiras, devido à quase que ausência de cooperação entre os países da região. Além disso está mais que claro que as características da região (tamanho da floresta amazônica, tipo de vegetação, etc) demandam, impreterivelmente, uma ação conjunta de todos os países que dividem uma parcela dessa mencionada região.

Os problemas que ali são gerados, devido a essa complexidade, acabam afetando a região como um todo, chegando a se estender a outros cantos do mundo, como é o caso das drogas que por ali trafegam e seguem em rumo à Europa e América do Norte e pelas queimadas que são responsáveis pela eliminação de organismos vivos que poderiam, no futuro, ser fonte de medicamentos para a humanidade.

Do ponto de vista brasileiro, também somos bastante afetados, pois nossa sociedade tem presenciado um grande aumento da violência nas principais capitais do país. O crescimento dos assaltos, seqüestros, assassinatos e outros crimes, além de estarem ligados com o aumento das desigualdades sociais e a má distribuição de

renda, estas características possuem uma sutil relação com a região amazônica. O narcotráfico, com a ajuda da guerrilha colombiana, fez da Amazônia a sua porta de entrada para o Brasil e corredor de passagem para outros destinos do mundo. A droga que por ali entra e chega nas grandes cidades brasileiras é a fonte causadora de muitas mazelas que assolam cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e alimentam perigosas facções do crime organizado. A grande complexibilidade da região determina, como afirma o professor Argemiro Procópio, que: “*A prevenção do narcotráfico é missão essencialmente da multilateralidade, do esforço e trabalho comum de todos os países da região amazônica*”, o que reforça a importância dos projetos brasileiros para combater estes atos naquele local e também nos induz a uma maior reflexão sobre a importância do funcionamento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A cooperação entre os países que fazem parte da OTCA, pode facilitar a vigilância e servir para coordenar ações conjuntas de combate ao crime organizado (e suas mais variadas formas de atuação), reduzindo a circulação e comércio de tóxicos, enfraquecendo os grupos de traficantes e apoiadores logísticos⁶⁸ e diminuindo a pressão de países da América do Norte que se mostram muito preocupados com a questão das drogas na região.

Sob o ponto de vista de defesa e segurança, as ações do Governo Federal devem, necessariamente, buscar a cooperação internacional, a fim de obter ganhos que a colaboração política e militar podem oferecer. O fortalecimento destas duas vertentes apontam, conseqüentemente, para uma maior soberania desta região que é caracterizada por muitas riquezas e cobiça internacional.

Essas riquezas, que são as principais fontes justificadoras da presença e proteção governamental na região, são caracterizadas pelas riquezas animais, que são compreendidas pela presença de uma numerosa fauna; por riquezas vegetais, que por meio de estudos presentes e futuros, podem garantir a inserção do Brasil em um outro patamar tecnológico, que é o da biotecnologia; e por riquezas minerais, que são representadas pelos mais variados metais preciosos que vão do ouro ao urânio.

⁶⁸ Representados pelas guerrilhas de esquerda que dão suporte e proteção às áreas de produção das drogas.

O potencial hídrico, energético, de fornecimento de alimentos e madeira, que também não poderiam ser esquecidos, resultam em maior importância para a Amazônia, devido à conjuntura mundial que aponta para a escassez desses recursos em outras localidades do planeta. A quantidade de rios existentes na bacia amazônica aliada à possibilidade de geração de energia através de hidrelétricas, a disponibilidade de terras férteis nas margens dos rios e a grande quantidade de madeira que pode ser extraída de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, fica evidente a grande importância que a cooperação regional tem para a região, possibilitando que os projetos de segurança da Amazônia não fiquem limitados ao território brasileiro, permitindo um fortalecimento político dos governos da região; oferecendo subsídios para que haja soluções mais fáceis aos problemas em comum; permitindo maior presença militar, científica, educacional e política; juntamente com a redução de gastos que o trabalho em conjunto pode permitir e ocasionando, desta maneira, a melhoria da infra-estrutura regional, o que acarreta, conseqüentemente, em melhorias no nível de vida da população amazônica e fixação definitiva destes no local, determinando, então, o território e o povo como prioridades das políticas públicas nacionais.

A análise destes fatores confirma a hipótese do trabalho, de que dada à complexidade regional, o alcance da efetiva segurança e soberania sobre a região Amazônica depende de maior atenção do Governo Federal e dos Tratados de Cooperação Internacional, especialmente do OTCA.

Este trabalho buscou demonstrar a importância dos projetos brasileiros e a necessidade da cooperação, para que haja um melhor funcionamento destes, tendo conclusão de que as estratégias adotadas pelo Governo Federal têm garantido apenas em parte a segurança e soberania nacional sobre o território amazônico.

6. Referências Bibliográficas

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Editora Abril, 2003. CD-ROM.

AMERICAN HERITAGE DICTIONARY. Personal Edition. Seiko Instruments.

ANDRADE, Manuel Correia. *Geopolítica do Brasil*. Campinas: Ed. Papyrus, 2001.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA. *Transamazônica - 30 Anos: O sonho que se desintegra*. Disponível em: <www.ari.org.br> Acesso em: 14 out. 2003.

BECKER, Bertha K. *Significância Contemporânea da Fronteira: Uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira*. in AUBERTIN, Catherine (org.). *FRONTEIRAS*. Brasília-Paris: Ed. UnB; Ed. ORSTOM, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1999.

BONIFACE, Pascal. *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa. Plátano Edições Técnicas, 1997.

BRASIL. Agência Nacional de Águas – ANA. Disponível em: <www.ana.gov.br/hibam> Acesso em: 31 out. 2003.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília, Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional. Disponível em: <www.defesa.gov.br/politicadedefesa/politicadedefesa.html> Acesso em: 15 ago. 2003.

_____. Ministério da Defesa. Programa Calha Norte. Disponível em: <www.defesa.gov.br/pcn/index.htm> Acesso em: 02 set. 2003.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de Comunicação Social. Clipping Nacional. Exército expulsa guerrilheiros das Farc na Amazônia. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/acs/clipping/es1222.htm>> Acesso em: 03 nov. de 2003.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Grupos e Organismos Políticos. O papel do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) no processo de integração regional. Disponível em: <www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/tratado/opapel.asp> Acesso em: 14 out. 2003.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Temas da Agenda Internacional. A Política Brasileira de Combate ao Narcotráfico. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/temas_agenda/narco_trafico/politica.asp> Acesso em: 17 out. de 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Agenda Positiva da Amazônia. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/index.cfm>> Acesso em: 31 out. 2003.

_____. Universidade Federal do Pará. Associação das Universidades Amazônicas. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/unamaz/>> Acesso em 01 de nov. 2003.

_____. República Federativa do Brasil. Brasil em Temas. Defesa. Disponível em: <www.brasil.gov.br/temas.htm> Acesso em: 13 set. 2003.

CONTREIRAS, Hélio; JUNIOR, Osmar Freitas. Selva verde-oliva: Militares e diplomatas brasileiros criticam tropa dos EUA formada para "defender a floresta amazônica". in Revista "Istoé", 11 de junho de 1997. Disponível em: <www.zaz.com.br/istoe/internac/144535.htm> Acesso em: 6 set. 2003.

DICTIONNAIRE UNIVERSEL FRANCOPHONE HACHETTE. Disponível em: <<http://www.francophonie.hachette-livre.fr>> Acesso em: 22 out. 2003.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1995.

ESPECIAL COLÔMBIA. *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/colombia.shtml>> Acesso em: 17 out. 2003.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The Penguin Dictionary of International Relations*. Londres: Ed. Penguin Books, 1998.

EXAME – ALMANAQUE ABRIL. *Mundo em Dados 2003*. São Paulo: ed. Abril, 2003.

FAERMAN, Marcos. *O Ocaso das Fronteiras*. in Revista “Problemas Brasileiros”, Julho/Agosto de 1998. Disponível em <http://sescsp.uol.com.br/sesc/frame_uol.asp?pag=revistas/pb/index.htm> Acesso em 12/09/2003.

FERNANDES, Cláudio. *Algumas Perspectivas sobre a Inserção Geopolítica do Brasil no Mundo neste Começo de Milênio*. In Revista Universitas / Relações Internacionais. *Estrutura e Hegemonia nas Relações Internacionais*. n. 1. Julho a Dezembro, 2002.

FILHO, Mário Simas. *Missão Secreta no Peru: Avião da Força Aérea Brasileira sobrevoa território vizinho, age com rapidez e permite o resgate de 70 reféns do Sendero Luminoso*. in Revista “Istoé”, 24 de setembro de 2003. Nº 1773, pág. 38-42.

FREGAPANI, Gélío. *Amazônia: a grande cobiça internacional*. Brasília: Thesaurus, 2000.

GARRISON, John W. *Do Confronto à Colaboração: Relação entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília, 2000.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: ed. Delta, 1972.

GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO; FRIENDS OF EARTH. *Políticas Públicas Coerentes para uma Amazônia Sustentável: O Desafio da Inovação e o Programa Piloto*. Brasília:1996.

HISTÓRIA POR VOLTAIRE SCHILLING. Terra Lycos Network. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/index.htm>> Acesso em: 10 nov. 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

HOLANDA, Eduardo. *Uma encrenca amazônica*. in Revista "Istoé", 20 de outubro de 1999. Disponível em: <www.terra.com.br/istoe/brasileiros/1999/10/16/000.htm> Acesso em: 8 set. 2003.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL. Reservas de Urânio no Brasil. Disponível em: <<http://www.inb.gov.br/reservasBrasil.asp>> Acesso em: 22 de set. 2003.

LOURENÇO, José Seixas. *Amazônia: Trajetória e Perspectivas*. in SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs). *Brasil: Um Século de Transformações*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MAGNOLI, Demétrio; ARBEX JUNIOR, José; OLIC, Nelson Bacic. *Conhecendo o Brasil: Região Norte*. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.

MALENA, Carmen. *Working with NGOs: A Practical Guide to Operational Collaboration between The World Bank and Non-governmental Organizations*. World Bank, 1995.

MARQUES, José Roque Nunes. *Direito Ambiental: análise da exploração madeireira na Amazônia*. São Paulo: LTr, 1999.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

MEIRA MATTOS, Adherbal. *Amazônia: outros estudos*. Belém: ed. CEJUP, 1991.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: ed. Hucitec, 2002.

MUSUMECI (L.). O mito da terra liberta: Colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. 1984. Tese de Mestrado, PPGA - Programa de Pós-Graduação em Administração, UFRJ, Rio de Janeiro.

NEGRI, André Luís del. *Soberania e Federalismo*. in "Jus Navigandi". Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2857>> Acesso em: 25 ago. 2003.

OLIC, Nelson Bacic; ARBEX JUNIOR, José. *O Brasil em Regiões: Norte*. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. *Globalização e soberania: o Brasil e a biodiversidade amazônica*. Brasília: Fund. Milton Campos : Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2002.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. *Tratado de Cooperación*. Disponível em: <<http://www.otca.org.br/indexEsp.htm>> Acesso em: 05 nov. 2003.

PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: Ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: ed. CEJUP, 1994.

PEIXOTO, Rosenely Diegues. *A Convenção sobre Diversidade Biológica e o seu impacto no Brasil através do Fundo para o Meio Ambiente (Fumam)*. 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado em relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

PINTO, Lúcio Flávio. *Internacionalização da Amazônia: Sete Reflexões e Alguns Apontamentos Inconvenientes*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.

PROCÓPIO, Argemiro. *Novas Ameaças e o Multilateralismo na Amazônia*. in PROCÓPIO, Argemiro (Org.). *Brasil: novos desafios*. São Paulo: Ed. ALFA-OMEGA, 2003.

PROJETO EDUC@R. Coordenação do Centro de Divulgação Científica e Cultural. Universidade de São Paulo - USP. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/ciencias/ecologia/ecologia.html>> Acesso em: 31 out. 2003.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS – RENCTAS. Disponível em: <www.renctas.org.br> Acesso em: 02 set. 2003.

SENADOR PROPÕE COMISSÃO AMAZÔNICA. *Jornal O Liberal*, Belém, 15 out. 2000. Caderno Painel. Disponível em: <www.oliberal.com.br/arquivo/noticia/painel/n15102000index.htm> Acesso em: 17 out. 2003.

SILVA, Marilene Corrêa. Internacionalização à vista?. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 10 de novembro de 2000. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz19.htm> Acesso em: 2 out. 2003.

STEINMETZ, Sol; BRAHAM, Carol G. (Editores) *Randon House Webster's Dictionary*. Nova Iorque: Ed. Ballantine Books. 1993.

U.S. DEPARTMENT OF ENERGY. Energy Efficiency and Renewable Energy. Hydrogen Topics. Disponível em: <<http://www.eere.energy.gov/RE/hydrogen.html>> Acesso em: 21 de set. de 2003.

7. Anexos

- Tratado de Cooperación Amazónica.
- Diário Oficial da União. Diretriz para o Relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas.
- EUA procuram novas bases nas Américas.
- Conflito entre índios se acirra na fronteira Brasil-Peru.
- Mitos sobre a Amazônia.

MITOS SOBRE A AMAZÔNIA

Durante anos, por exemplo, a Amazônia foi conhecida como o "pulmão do mundo", ou seja, uma região que tinha um saldo extraordinário de oxigênio no seu balanço fotossintético. Posteriormente "descobriu-se" que eram as algas marinhas e não a floresta amazônica que forneciam esse saldo de oxigênio para o planeta. A teoria, então, que passou a predominar era de que a Amazônia apresentava uma "floresta em clímax", ou seja, tudo o que produzia de oxigênio ela própria consumia no processo fotossintético.

Em seguida o mundo foi colocado em alerta pelo risco iminente de uma catástrofe ambiental, em decorrência das queimadas amazônicas e da conseqüente emissão de gás carbônico (CO₂) para a atmosfera. Do ponto de vista prático, uma alta concentração de CO₂ retém na atmosfera a irradiação emitida pela terra, promovendo o fenômeno conhecido como "efeito estufa", cuja conseqüência mais imediata seria a elevação da temperatura do planeta. Estudos desenvolvidos pela própria NASA vieram a concluir, em seguida, que as queimadas amazônicas eram responsáveis por algo como 3,5% de toda poluição atmosférica, contra mais de 20% de exclusiva responsabilidade dos Estados Unidos da América.

Mais recentemente a teoria de que a Amazônia contribui com a emissão de gás carbônico (CO₂) e, conseqüentemente, agrava o efeito estufa, veio abaixo. A conclusão de uma pesquisa liderada por Ramakrishna Nemani da Universidade de Montana (EUA) constata que, na verdade, a Amazônia funciona como "seqüestradora" de carbono da atmosfera, tendo retirado 1,4 bilhão de toneladas de carbono da atmosfera apenas no período estudado pela equipe do pesquisador indiano, que vai de 1982 a 1999. A pesquisa em tela foi publicada pela revista Science, conforme informa o jornal Folha de S. Paulo de 6 de junho de 2003.

Fonte: http://www.vermelho.org.br/diario/2003/0610/eron_0610.asp

Acesso em 31/10/2003

Site do PCdoB

Tratado de Cooperación Amazónica

Las Repúblicas de Bolivia, del Brasil, de Colombia, del Ecuador, de Guyana, del Perú, de Suriname y de Venezuela.

CONSCIENTES de la importancia que para cada una de las Partes tienen sus respectivas regiones amazónicas como parte integrante de sus territorios,

ANIMADAS del común propósito de conjugar los esfuerzos que vienen emprendiendo, tanto en sus respectivos territorios como entre sí mismas, para promover el desarrollo armónico de la Amazonia que permita una distribución equitativa de los beneficios de dicho desarrollo entre las Partes Contratantes, para elevar el nivel de vida de sus pueblos y a fin de lograr la plena incorporación de sus territorios amazónicos a las respectivas economías nacionales,

CONVENCIDAS de la utilidad de compartir las experiencias nacionales en materia de promoción del desarrollo regional,

CONSIDERANDO que para lograr un desarrollo integral de los respectivos territorios de la Amazonia es necesario mantener el equilibrio entre el crecimiento económico y la preservación del medio ambiente,

CONSCIENTES que tanto el desarrollo socio-económico como la preservación del medio ambiente son responsabilidades inherentes a la soberanía de cada Estado, y que la cooperación entre las Partes Contratantes servirá para facilitar el cumplimiento de estas responsabilidades, continuando y ampliando los esfuerzos conjuntos que están realizando en materia de conservación ecológica de la Amazonia,

SEGURAS que la cooperación entre las naciones latinoamericanas en materias específicas que les son comunes contribuye al avance en el camino de la integración y solidaridad de toda la América Latina,

PERSUADIDAS de que el presente Tratado significa la iniciación de un proceso de cooperación que redundará en beneficio de sus respectivos países y de la Amazonia en su conjunto,

RESUELVEN suscribir el presente Tratado:

ARTICULO I.- Las Partes Contratantes convienen en realizar esfuerzos y acciones conjuntas para promover el desarrollo armónico de sus respectivos territorios amazónicos, de manera que esas acciones conjuntas produzcan resultados equitativos y mutuamente provechosos, así como para la preservación del medio ambiente y la conservación y utilización racional de los recursos naturales de esos territorios.

PARAGRAFO UNICO: Para tal fin, intercambiarán informaciones y concertarán acuerdos y entendimientos operativos, así como los instrumentos jurídicos pertinentes que permitan el cumplimiento de las finalidades del presente Tratado.

ARTICULO II.- El presente Tratado se aplicará en los territorios de las Partes Contratantes en la Cuenca Amazónica, así como también en cualquier territorio de una Parte Contratante que, por sus características geográficas, ecológicas o económicas se considere estrechamente vinculado a la misma.

ARTICULO III.- De acuerdo con y sin detrimento de los derechos otorgados por actos unilaterales, de lo establecido en los tratados bilaterales entre las Partes y de los principios y normas del Derecho Internacional, las Partes Contratantes se aseguran mutuamente sobre la base de reciprocidad la más amplia libertad de navegación comercial en el curso del Amazonas y demás ríos amazónicos internacionales, observando los reglamentos fiscales y de policía establecidos o que se establecieren en el territorio de cada una de ellas. Tales reglamentos deberán, en lo posible, favorecer esa navegación y el comercio y guardar entre sí uniformidad.

PARAGRAFO UNICO: El presente artículo no será aplicable a la navegación de Cabotaje.

ARTICULO IV.- Las Partes Contratantes proclaman que el uso y aprovechamiento exclusivo de los recursos naturales en sus respectivos territorios es derecho inherente a la soberanía del Estado y su ejercicio no tendrá otras restricciones que las que resulten del Derecho Internacional.

ARTICULO V.- Teniendo presente la importancia y multiplicidad de funciones que los ríos amazónicos desempeñan en el proceso de desarrollo económico y social de la región, las Partes Contratantes procurarán empeñar esfuerzos con miras a la utilización racional de los recursos hídricos.

ARTICULO VI.- Con el objeto de que los ríos amazónicos constituyan un vínculo eficaz de comunicación entre las Partes Contratantes y con el Océano Atlántico, los Estados ribereños interesados en un determinado problema que afecte la navegación expedita emprenderán, según el caso, acciones nacionales, bilaterales o multilaterales para el mejoramiento y habilitación de esas vías navegables.

PARAGRAFO UNICO: Para tal efecto, se estudiarán las formas de eliminar los obstáculos físicos que dificultan o impiden dicha navegación, así como los aspectos económicos y financieros correspondientes a fin de concretar los medios operativos más adecuados.

ARTICULO VII.- Teniendo presente la necesidad de que el aprovechamiento de la flora y de la fauna de la Amazonia sea racionalmente planificada, a fin de mantener el equilibrio ecológico de la región y preservar las especies, las Partes Contratantes deciden:

a. Promover la investigación científica y el intercambio de informaciones y de personal técnico entre las entidades competentes de los respectivos países a fin de ampliar los conocimientos sobre los recursos de la flora y de la fauna de sus territorios amazónicos y prevenir y controlar las enfermedades en dichos territorios .

b. Establecer un sistema regular de intercambio adecuado de informaciones sobre las medidas de conservación que cada Estado haya adoptado o adopte en sus territorios amazónicos, los cuales serán materia de un informe anual presentado por cada país.

ARTICULO VIII.- Las Partes Contratantes deciden promover la coordinación de los actuales servicios de salud de sus respectivos territorios amazónicos y tomar otras medidas que sean aconsejables, con vistas a mejorar las condiciones sanitarias de la región y a perfeccionar los métodos tendientes a prevenir y combatir las epidemias.

ARTICULO IX.- Las Partes Contratantes convienen en establecer estrecha colaboración en los campos de la investigación científica y tecnológica, con el objeto de crear condiciones más adecuadas para acelerar el desarrollo económico y social de la región.

PARAGRAFO PRIMERO: Para los fines del presente Tratado, la cooperación técnica y científica que será desarrollada entre las Partes Contratantes podrá asumir las siguientes formas:

a. Realización conjunta o coordinada de programas de investigación y desarrollo;

b. Creación y operación de instituciones de investigación o de centros de perfeccionamiento y producción experimental;

c. Organización de seminarios y conferencias, intercambio de informaciones y documentación, y organización de medios destinados a su difusión.

PARAGRAFO SEGUNDO: Las Partes Contratantes podrán, siempre que lo juzguen necesario y conveniente, solicitar la participación de organismos internacionales en la ejecución de estudios, programas y proyectos resultantes de las formas de cooperación técnica y científica definidas en el Parágrafo Primero del presente artículo.

ARTICULO X.- Las Partes Contratantes coinciden en la conveniencia de crear una infraestructura física adecuada entre sus respectivos países, especialmente en los aspectos de transporte y comunicaciones.

Por consiguiente, se comprometen a estudiar las formas más armónicas de establecer o perfeccionar las interconexiones viales, de transportes fluviales,

aéreos y de telecomunicaciones, teniendo en cuenta los planes y programas de cada país para lograr el objetivo prioritario de incorporar plenamente esos territorios amazónicos a sus respectivas economías nacionales.

ARTICULO XI.- Con el propósito de incrementar el empleo racional de los recursos humanos y naturales de sus respectivos territorios amazónicos, las Partes Contratantes concuerdan en estimular la realización de estudios y la adopción de medidas conjuntas tendientes a promover el desarrollo económico y social de esos territorios y a generar formas de complementación que refuerzen las acciones previstas en los planes nacionales para los referidos territorios.

ARTICULO XII.- Las Partes Contratantes reconocen la utilidad de desarrollar en condiciones equitativas y de mutuo provecho el comercio al por menor de productos de consumo local entre sus respectivas poblaciones amazónicas limítrofes, a través de acuerdos bilaterales o multilaterales adecuados.

ARTICULO XIII.- Las Partes Contratantes cooperarán para incrementar las corrientes turísticas, nacionales y de terceros países, en sus respectivos territorios amazónicos, sin perjuicio de las disposiciones nacionales de protección a las culturas indígenas y a los recursos naturales.

ARTICULO XIV.- Las Partes Contratantes cooperarán en el sentido de lograr la eficacia de las medidas que se adopten para la conservación de las riquezas etnológicas y arqueológicas del área amazónica.

ARTICULO XV.- Las Partes Contratantes se esforzarán en mantener un intercambio permanente de informaciones y colaboración entre sí y con los órganos de cooperación latinoamericanos, en las esferas de acción que se relacionan con las materias que son objeto de este Tratado.

ARTICULO XVI.- Las decisiones y compromisos adoptados por las Partes Contratantes en la aplicación del presente Tratado no perjudicarán a los proyectos e iniciativas que ejecuten en sus respectivos territorios, dentro del respeto al Derecho Internacional y según la buena práctica entre naciones vecinas y amigas.

ARTICULO XVII.- Las Partes Contratantes podrán presentar iniciativas para la realización de estudios destinados a la concreción de proyectos de interés común, para el desarrollo de sus territorios amazónicos y en general que permitan el cumplimiento de las acciones contempladas en el presente Tratado.

PARAGRAFO UNICO: Las Partes Contratantes acuerdan conceder especial atención a la consideración de iniciativas presentadas por países de menor desarrollo que impliquen esfuerzos y acciones conjuntas de las Partes.

ARTICULO XVIII.- Lo establecido en el presente Tratado no significará limitación alguna a que las Partes Contratantes concreten acuerdos bilaterales o

multilaterales sobre temas específicos o genéricos, siempre y cuando no sean contrarios a la consecución de los objetivos comunes de cooperación en la Amazonia, consagrados en este instrumento.

ARTICULO XIX.- Ni la celebración del presente Tratado, ni su ejecución tendrán efecto alguno sobre cualesquiera otros Tratados o Actos Internacionales vigentes entre las Partes, ni sobre cualesquiera divergencias sobre límites o derechos territoriales que existan entre las Partes, ni podrá interpretarse o invocarse la celebración de este Tratado o su ejecución para alegar aceptación o renuncia, afirmación o modificación, directa o indirecta, expresa o tácita, de las posiciones e interpretaciones que sobre estos asuntos sostenga cada Parte Contratante.

ARTICULO XX.- Sin perjuicio de que posteriormente se establezca la periodicidad más adecuada, los Ministros de Relaciones Exteriores de las Partes Contratantes realizarán reuniones cada vez que lo juzguen conveniente u oportuno, a fin de fijar las directrices básicas de la política común, apreciar y evaluar la marcha general del proceso de Cooperación Amazónica y adoptar las decisiones tendientes a la realización de los fines propuestos en este instrumento.

PARAGRAFO PRIMERO: Se celebrarán reuniones de los Ministros de Relaciones Exteriores por iniciativa de cualquiera de las Partes Contratantes siempre que cuente con el apoyo de por lo menos otros cuatro Estados Miembros.

PARAGRAFO SEGUNDO: La primera reunión de Ministros de Relaciones Exteriores se celebrará dentro de los dos años siguientes a la fecha de entrada en vigor del presente Tratado. La sede y la fecha de la primera reunión serán fijadas mediante acuerdo entre las Cancillerías de las Partes Contratantes.

PARAGRAFO TERCERO: La designación del país sede de las reuniones obedecerá al criterio de rotación por orden alfabético.

ARTICULO XXI.- Representantes diplomáticos de alto nivel de las Partes Contratantes se reunirán anualmente integrando el Consejo de Cooperación Amazónica con las siguientes atribuciones:

1. Velar por el cumplimiento de los objetivos y finalidades del Tratado.
2. Velar por el cumplimiento de las decisiones tomadas en las reuniones de Ministros de Relaciones Exteriores.
3. Recomendar a las Partes la conveniencia u oportunidad de celebrar reuniones de Ministros de Relaciones Exteriores y preparar la agenda correspondiente.

4. Considerar las iniciativas y proyectos que presenten las Partes y adoptar las decisiones que correspondan, para la realización de estudios y proyectos bilaterales o multilaterales cuya ejecución, cuando fuere el caso, estará a cargo de las Comisiones Nacionales Permanentes.

5. Evaluar el cumplimiento de los proyectos de interés bilateral o multilateral.

6. Adoptar sus normas de funcionamiento.

PARAGRAFO PRIMERO: El Consejo podrá celebrar reuniones extraordinarias por iniciativa de cualquiera de las Partes Contratantes con el apoyo de la mayoría de las demás.

PARAGRAFO SEGUNDO: La sede de las reuniones ordinarias se rotará por orden alfabético entre las Partes Contratantes.

ARTICULO XXII.- Las funciones de Secretaría serán ejercidas Pro Tempore por la Parte Contratante en cuyo territorio haya de celebrarse la siguiente reunión ordinaria del Consejo de Cooperación Amazónica.

PARAGRAFO UNICO: La Secretaría Pro Tempore enviará a las Partes la documentación pertinente.

ARTICULO XXIII. Las Partes Contratantes crearán Comisiones Nacionales Permanentes encargadas de la aplicación en sus respectivos territorios de las disposiciones de este Tratado, así como de la ejecución de las decisiones adoptadas por las reuniones de los Ministros de Relaciones Exteriores y por el Consejo de Cooperación Amazónica, sin perjuicio de otras actividades que les encomiende cada Estado.

ARTICULO XXIV.- Siempre que sea necesario, las Partes Contratantes podrán constituir comisiones especiales destinadas al estudio de problemas o temas específicos relacionados con los fines de este Tratado.

ARTICULO XXV. Las decisiones adoptadas en reuniones que se efectúen de conformidad con los artículos XX y XXI, requerirán siempre del voto unánime de los Países Miembros del presente Tratado. Las decisiones adoptadas en reuniones que se efectúen de conformidad con el artículo XXIV requerirán siempre del voto unánime de los Países Participantes.

ARTICULO XXVI.- Las Partes Contratantes acuerdan que el presente Tratado no será susceptible de reservas o declaraciones interpretativas.

ARTICULO XXVII.- El presente Tratado tendrá duración ilimitada, y no estará abierto a adhesiones.

ARTICULO XXVIII.- El presente Tratado será ratificado por las Partes Contratantes y los instrumentos de ratificación serán depositados ante el Gobierno de la República Federativa del Brasil.

PARAGRAFO PRIMERO: El presente Tratado entrará en vigor treinta días después de depositado el último instrumento de ratificación de las Partes Contratantes.

PARAGRAFO SEGUNDO: La intención de denunciar el presente Tratado será comunicada por una Parte Contratante a las demás Partes Contratantes por lo menos noventa días antes de la entrega formal del instrumento de denuncia al Gobierno de la República Federativa del Brasil. Formalizada la denuncia, los efectos del Tratado cesarán para la Parte Contratante denunciante, en el plazo de un año.

PARAGRAFO TERCERO: El presente Tratado será redactado en los idiomas español, holandés, inglés y portugués, haciendo todos igualmente fe.

EN FE DE LO CUAL los Cancilleres que suscriben firmaron el presente Tratado.

HECHO en la ciudad de Brasilia, el 3 de julio de 1978, el cual quedará depositado en los archivos del Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil, que facilitará copias auténticas a los demás países firmantes.

Fonte: <http://www.otca.org.br/institucional/textoTratado.htm>